



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 573 - DE 30 DE SETEMBRO A 14 DE OUTUBRO DE 2018 - R\$ 4,00

7 de outubro

Operários, camponeses e juventude oprimida

**Não vamos eleger
nossos próprios algozes**

**Lutemos com nossas
próprias forças em defesa
das reivindicações**

**Votemos Nulo pela
construção do Partido
Operário Revolucionário**

Argentina



A classe operária argentina paralisou o País contra o governo pró-imperialista de Macri e suas violentas medidas de ataque à economia nacional e à maioria oprimida.

**ESSE É O CAMINHO DA UNIÃO
DOS EXPLORADOS CONTRA
OS EXPLORADORES**

Chamado à classe operária e demais explorados a votar nulo

A grande maioria da população desconfia e despreza os partidos da burguesia e seus candidatos. E tem motivos de sobra. Diante do descontentamento das massas, instituições, partidos, igrejas, sindicatos e imprensa realizaram uma campanha unificada para arrastar milhões a votar nos candidatos. Condenaram a abstenção, o voto nulo e branco. Regozijaram-se, em nome da “democracia”, que é burguesa, por terem conseguido minar a resistência das massas.

Entra e sai governo, sem que suas condições de vida melhorem. Pelo contrário, o desemprego, subemprego e o salário mínimo de R\$957,00 empurraram milhões de famílias a uma miséria ainda maior. O sistema de saúde e a escola pública estão sucateados. Os capitalistas vêm aplicando a reforma trabalhista e ampliando a terceirização. A média salarial abaixa. Os camponeses estão mais e mais subordinados ao agronegócio. O País arca com o insuportável peso da dívida pública. A economia não tem como dar um salto no crescimento. A indústria regrede. Os serviços ocupam seu espaço. O parasitismo financeiro se superpõe à produção.

As massas, portanto, têm carregado nas costas a insuportável carga da crise estrutural do capitalismo. Enquanto isso, os banqueiros saqueiam o Tesouro Nacional. Os capitalistas nacionais continuam concentrando mais propriedade e riqueza. O governo promove as privatizações. E o capital imperialista avança seu domínio sobre a economia do Brasil.

Seja quem for o candidato eleito a presidente, continuará a governar para a burguesia e a subordinar a vida da maioria às leis econômicas do capitalismo em decomposição. O Congresso Nacional seguirá nas mãos do MDB, PSDB, DEM e da raia miúda que reúne força no centrão, nas bancadas da Bíblia, do Boi e da Bala. E que se apóiam nas Forças Armadas e na polícia para governar. Aí está o real poder político!

Não será possível eleger uma fração proletária, revolucionária, que pudesse utilizar o parlamento apenas como tribuna para se dirigir aos explorados, para incentivar as lutas, para denunciar o governo burguês, para se colocar à frente das greves, para opor os interesses dos pobres aos dos ricos, para elevar a consciência de classe do proletariado e para trabalhar pelo socialismo. Não é possível porque a classe operária não tem o seu partido, formado e temperado na luta de classes. Esse partido está sendo construído.

Essas eleições têm uma particularidade. Ocorrem de-

pois do golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, e de dois anos de ditadura civil. Depois de o Congresso Nacional impor a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a reforma do ensino médio. Depois da entrega do pré-sal e de parte da Eletrobras às multinacionais. E depois da entrega da Embraer à Boeing. Nada do que foi feito pelo governo de Temer será desfeito. Ao contrário, queira ou não, o próximo governo terá de manter as diretrizes ditadas pelo imperialismo diante da crise econômica. Os explorados não devem acreditar em um só fio de cabelo nas promessas eleitorais, que prometem mudar o curso da política econômica e das medidas antinacionais e antipopulares.

Nesse momento, quando a coligação PT-PCdoB pode alcançar o segundo turno, aumenta a pressão para unir as esquerdas em torno de Haddad. Ao mesmo tempo, Haddad

já pede que os capitalistas comecem a abrir alguma de suas portas para entabular a reconciliação. O ultradireitista, Jair Bolsonaro, por sua vez, reforça suas fileiras com a adesão de importantes grupos empresariais. Ambos os movimentos dirigidos a determinadas frações da classe capitalista indicam que o eleito iniciará seu governo preso a compromissos com os inimigos dos explorados.

A esquerda, PSOL e PSTU, estão perdidos em meio às disputas interburguesas. O PSOL disparou seu socialismo pequeno-burguês. Procura aproveitar a rejeição das mulheres ao fascista Bolsonaro. O PSTU caminha por trás do PSOL, procurando se distinguir mais à esquerda com a bandeira de “rebelião popular”. O oportunismo eleitoral da esquerda reformista e centrista foi esmagado pela polarização que se armou entre a candidatura de Bolsonaro e Haddad, como se a candidatura petista fosse a salvação da democracia contra o fascismo.

Nossa luta no campo eleitoral, sempre, se guia pela defesa da independência de classe do proletariado e dos demais explorados. Não há nenhum partido de esquerda que verdadeiramente expresse as reivindicações, a estratégia e a tática revolucionária. A defesa do voto nulo, pela construção do partido operário revolucionário, é a única via possível, nessas circunstâncias, de preservar a independência de classe e combater as ilusões democráticas das massas.

Operários, camponeses e juventude oprimida, votem nulo contra toda a política burguesa e pela construção do partido da revolução proletária!

Não há nenhum partido de esquerda que expresse as reivindicações, a estratégia e a tática revolucionária. A defesa do voto nulo, pela construção do partido operário revolucionário, é a única via possível, nessas circunstâncias, de preservar a independência de classe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Os riscos da democracia

A poucos dias das eleições, crescem os temores da burguesia sobre o “futuro da democracia”. A possibilidade quase certa de irem para o segundo turno Bolsonaro e Haddad surpreendeu a fração capitalista dominante, que tem sua principal âncora no Sudeste e, em particular, no estado de São Paulo. Estava certa de que Geraldo Alckmin conseguiria romper a barreira da aversão da maioria da população.

As pesquisas pré-eleitorais já indicavam que o governador de São Paulo e homem do PSDB não era um candidato forte. Precisamente, por esse motivo, promoveu-se uma ampla coligação eleitoral com o chamado “centrão”. O golpista Temer ameaçou esses partidos de demissão dos ministérios, caso prosseguissem negociando seu apoio a Ciro Gomes. Esse conglomerado partidário tem de tudo, direitistas de várias gradações, obscurantistas, contrabandistas, ladrões e narcotraficantes.

A estabilidade da democracia dependia de Alckmin vencer as eleições, segundo poderosos porta-vozes da imprensa monopolista. A coligação permitiu ao candidato do PSDB obter o maior tempo de propaganda eleitoral na TV e rádio, e muito dinheiro. Acreditava-se que a força desse aparato colocaria Alckmin por cima da aversão das massas. Nem mesmo no Sul e Sudeste, Alckmin conseguiu deixar para trás Bolsonaro e Haddad. Seus “amigos” se surpreenderam com os pés de barro de Alckmin no estado de São Paulo, maior colégio eleitoral.

O PSDB não tinha outro nome, uma vez que Aécio Neves caiu em desgraça, flagrado em ato de corrupção. O fato do PSDB ter sido um dos principais protagonistas do golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff e ter entregue o governo ao ladrão Temer (MDB), bem como fazer parte de sua base de apoio, ocupando inclusive o ministério de Relações Exteriores, revelou a verdadeira face reacionária desse partido, que foi erradamente considerado anti-oligárquico e modernizador.

A derrota de Alckmin, ao lado da inexpressiva candidatura do MDB, representa uma derrota da frente golpista. Bolsonaro, certamente, foi uma figura importante no golpe, representando a ala militarista e fascizante. No entanto, nunca ocupou qualquer lugar de destaque na direção do movimento do impeachment, que ficou a cargo do PSDB, DEM e MDB. A ultradireita encontrou um terreno fértil para se projetar, quando não tinha forças próprias. Nutriu-se da conspiração golpista montada pela referida tríade. A falência do governo Temer e a bancarrota dos partidos dirigentes da coalizão golpista abriram o caminho para Bolsonaro. E permitiram a reorganização da oposição burguesa, liderada pelo PT. Eis por que a candidatura de Ciro Gomes chegou a ganhar força e continua em terceiro lugar nas intenções de voto, uma vez que o PDT votou contra o golpe e Ciro ficou ao lado de Lula. Essa variante política não estava, portanto, nos cálculos do PSDB e das forças burguesas que patrocinaram o golpe de Estado.

Atordoadas, se dizem preocupadas com o futuro da democracia no Brasil. Isso por que a candidatura de Alckmin não saiu do rés do chão. E por que a possível vitória de Haddad,

no segundo turno, significará uma derrota da frente golpista. Vale-se da absurda previsão do próprio Bolsonaro de que o Brasil se tornará uma “Venezuela”, caso o PT volte ao poder. E, por outro lado, se escora na previsão que faz Haddad de que, se eleito, Bolsonaro poderá liderar um golpe de Estado, como o de 1964. Essa última hipótese não é tão absurda, porém, não tão provável, a não ser que a própria fração burguesa dominante, que hoje está pela candidatura de Alckmin, necessite de Bolsonaro para impor uma ditadura militar.

Considerando essas duas variantes, que têm a ver com a crise econômica e com a necessidade de continuar descarregando o seu peso sobre os explorados, Alckmin seria a melhor candidatura. Teria o apoio da ampla frente burguesa e poderia impor seu governo pela força, usufruindo inicialmente do pressuposto burguês da legitimidade democrática (governo eleito). Alckmin seria o governo do continuísmo. Manteria a rota traçada pela ditadura civil de Temer e a impulsionaria, agora, como um governo legitimado pelas urnas. Tanto no caso de Bolsonaro, quanto no de Haddad, não há garantia de que a fração dominante consiga ajustar plenamente o novo governo a esse pressuposto. A desconfiança com Bolsonaro está em que é identificado com setores militares estatizantes. O seu economista, Paulo Guedes, tem procurado mostrar que Bolsonaro aderiu ao liberalismo. O principal problema, no entanto, é que, se eleito, terá de governar com as mesmas forças que condicionaram o governo do PT. Lá estarão a tríade e o “centrão”. Para exercer o poder presidencial, Bolsonaro militarizará o seu governo. O que começou a ser feito por Temer. No caso de Haddad vencer, lá estarão as mesmas forças e o presidente terá de estabelecer um arranjo com elas. Os militares pressionarão para que o petista continue dando espaço aos generais.

A crise de governabilidade não será resolvida pelo simples fato de se ter um governo eleito. Vai se aprofundar. A dívida pública e a gigantesca carga de juros que acarreta pesam decisivamente sobre a economia, sobre as costas dos explorados e, conseqüentemente, sobre a política. O PT, em particular, coloca a responsabilidade sobre as massas pela sustentação da democracia em geral, e pela estabilidade governamental. Na realidade, transfere para os explorados o que é um problema dos exploradores.

A democracia é burguesa e serve tão somente para a governabilidade burguesa. O fato da classe operária poder usá-la a seu favor, a depender da existência de um partido revolucionário, não cabe a ela soldar suas rachaduras, que resultam da própria decomposição do capitalismo. A estabilidade de um governo burguês significa unidade da burguesia e ampla divisão da classe operária.

A política do proletariado está em contraposição com todas essas formulações, da direita à esquerda burguesas. Terá de combater, no dia seguinte às eleições, seja o governo de Bolsonaro, seja o de Haddad. Isso, se, nesses dias que faltam para o pleito, a fração dominante burguesa não encontrar uma fórmula de embaralhar as eleições e achar um meio de fraudá-las para evitar que o petista seja eleito.



Lula continua ditando o curso das eleições

A fração burguesa dirigente do País e seus aparatos corporativos viram na prisão de Lula e cassação de seus direitos políticos uma medida necessária para evitar que o PT mantivesse sua força eleitoral e voltasse ao poder. Não se preocuparam com o fato de arrancar Lula das eleições por meio de um processo e condenação fraudulentos e violar, inclusive, a ordem jurídica constitucional. Não se importaram com a repercussão internacional da prisão do caudilho, reconhecido por uma importante fração da social-democracia europeia e mesmo norte-americana. Emburrados, desdenharam a declaração do Comitê de Direitos Humanos da ONU, recomendando que o Estado brasileiro respeitasse o direito de Lula de concorrer às eleições.

Essa fração dirigente, composta pelo capital financeiro e setores da grande indústria e do agronegócio, bem como do capital comercial, se valeu das manobras institucionais e do aparato judicial para cassar os direitos políticos de Lula, aparentando ser uma ação de defesa da democracia e do “Estado de direito”. Na realidade, se percorreu um caminho antidemocrático que começou com a contestação dos resultados das eleições presidenciais de 2014, desembocou no golpe de Estado, 2016, e concluiu com a prisão de Lula, 2018.

A poderosa oligarquia burguesa contou com o apoio do imperialismo norte-americano, mais claramente do governo republicano. Esteve e está clara a influência da política do governo Trump em alinhar a América Latina às suas diretrizes mundiais, por meio de governos francamente pró-imperialistas. O que implicava e implica reduzir a importância dos governos nacional-reformistas. Embora o governo do PT fosse o mais conservador dentre eles, e o mais susceptível às pressões do imperialismo, não deixava de ser um fator de alinhamento de uma ala da burguesia e da pequena burguesia tendentes ao nacionalismo. A diplomacia norte-americana, sem dúvida, distinguiu o governo de Lula do de Chávez, na Venezuela, mais afeito ao nacionalismo.

A heterogeneidade entre os governos nacional-reformistas, que expressam as particularidades nacionais do desenvolvimento capitalista e da estrutura das classes, compareceu como obstáculo à organização de um movimento nacionalista mais radical, identificado com as teses chavistas. Mesmo assim, o governo do PT não podia ser assimilado integralmente pelo imperialismo norte-americano e, portanto, pela fração burguesa dominante no

Brasil.

O fato de Lula se destacar como uma liderança no alinhamento de tais governos, mantendo não apenas boas relações políticas e ideológicas com Cuba, Venezuela, Bolívia, mas, também, favorecendo acordos econômicos com esses países, contrariou as diretrizes do imperialismo e interesses gerais do capital financeiro. Tornou-se intolerável a tentativa de contrabalançar o peso dos Estados Unidos na América Latina, constituindo organizações paralelas à OEA, como foi o caso da Unasul.

Internamente ao Brasil, a política de controle estatal sobre o pré-sal e a de fortalecer determinados grupos econômicos nacionais, por meio de subsídios, provocou importantes conflitos com a fração burguesa mais integrada ao capital financeiro e à política mundial do imperialismo de abertura de mercados e desnacionalização nas semicolônias. Um outro aspecto do nacional-reformismo do PT foi o de favorecer interesses das frações oligárquicas nordestinas, utilizando-se da distribuição orçamentária. Ação essa que, ao mesmo tempo, se voltava a subsidiar as multinacionais, principalmente as montadoras. Em meio a esse distributivismo, o governo petista ampliou os programas assistenciais do governo anterior (PSDB) e criou outros. O capital financeiro não se viu ameaçado enquanto a economia crescia a uma média anual de 4,5%, os empregos estavam em alta e a classe média consumia desvairadamente. A gigantesca arrecadação fiscal não apenas permitiu promover essa política contraditória, como realizou a proeza de obter superávits primários significativos, ao ponto de Lula saldar as dívidas do Brasil com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Lula pôde exaltar seu governo, dizendo que nunca os banqueiros ganharam tanto, a classe média se fortaleceu e os mais pobres se viram protegidos da pobreza absoluta. Organismos da ONU identificaram o Brasil como um dos países que vinha cumprindo as metas do “Milênio”. Somente essa situação muito particular da economia mundial e nacional possibilitou ao nacional-reformismo dirigir o Estado oligárquico com uma política distributivista conflitante e de conciliação de classes.

É necessária a descrição desse processo para entender a falência do nacional-reformismo, assim que tais condições econômicas se inverteram, iniciando em 2014 a profunda recessão. E, simultaneamente, a emergência das forças e da política antidemocráticas, que levaram ao golpe de Estado e o alijamento forçado

de Lula das eleições.

A frente que protagonizou o impeachment não teve a dimensão política do que aconteceria com a ditadura civil de Temer. A desintegração econômica manteve o seu curso, apesar de arrefecida. As dissensões interburguesas em torno dos escândalos de corrupção permaneceram. Atingiram em cheio o núcleo do governo de Temer. O MDB não teve como aproveitar o comando do Estado para se potenciar para as eleições. O PSDB teve de procurar um caminho próprio, valendo-se do governo do mais poderoso estado da federação. E o DEM continuou sendo a linha auxiliar do PSDB. Esse foi o núcleo dirigente do golpe de Estado. A burguesia esperava que dele saísse uma candidatura unitária que desse continuidade ao programa econômico que esteve na base do movimento do impeachment.

Passo a passo, as massas foram percebendo que o golpe de Estado resultou em reformas antinacionais e antipopulares. O governo Temer não teve como ganhar apoio popular. Ao contrário, foi execrado e combatido assim que pôs em marcha a reforma trabalhista, da previdência e a lei da terceirização. A greve geral de 28 de abril de 2017 mostrou a disposição da classe operária e demais explorados de confrontar o governo golpista. Inevitavelmente, o PSDB compareceu aos olhos da população como parte do governo odiado. Para agravar sua situação, os escândalos que atingiram o senador Aécio Neves e a própria administração de Alckmin em São Paulo se encarregaram de atolar a candidatura peessedebista. Somente um milagre realizado pelas mãos do poder econômico e político pode fraudar a rejeição popular à candidatura de Alckmin e elevá-lo na disputa eleitoral que está perto de sua conclusão.

A questão para os partidários de Alckmin e mesmo para os demais candidatos era saber se Lula transferiria sua influência eleitoral ao seu substituto, que acabou sendo Fernando Haddad. De início, o direitista Jair Bolsonaro se destacou e atrás dele duas outras candidaturas, a de Ciro Gomes e a de Marina Silva. Alckmin e sua ampla coligação com o denominado centrão se manteve abaixo. Nunca chegou a tomar o segundo lugar e se firmar como possibilidade de ir para o segundo turno. Ao contrário, Haddad foi, em poucos dias após ser confirmado como substituto de Lula, ascendendo, e hoje, segundo as pesquisas eleitorais, comparece como o possível adversário de Bolsonaro. Está, assim, respondida a dúvida sobre a transferência de votos.

Essa configuração foi sendo assistida temerosamente pela fração golpista e alinhada por trás de Alckmin. Caso se mantenha, rompe-se a sedimentada polarização entre o PT e PSDB. O que há de novo é a projeção de uma candidatura vinculada ao movimento de ultra-direita, que tem apoio em setores das Forças Armadas e do aparato repressivo. Esse movimento foi ganhando corpo, desde as manifestações de junho de 2013, e se fortaleceu com as mobilizações da classe média pelo impeachment de Dilma Rousseff. Está aí evidenciado que os defensores da volta dos militares para a política e condução dos governos foram os que mais se beneficiaram do golpe de Estado. Não estava nos cálculos da fração burguesa dominante, o seu objetivo era transferir o poder para um governo do PSDB, sustentado por uma aliança partidária que estivesse pelo continuísmo. O PT, com Lula preso, ficaria marginalizado, uma vez que perderia substancialmente forças no aparato do Estado. Falharam esses cálculos,

e abriu-se um precipício ainda maior da crise política. Um setor da burguesia debandou para Bolsonaro. E outro, da oligarquia nordestina, para Haddad. Caso se confirme o duelo entre as duas candidaturas, Bolsonaro e Haddad, expressará uma divisão nos partidos da frente golpista.

Em sendo assim, o fundamental já não está na disputa eleitoral, mas no horizonte da crise política. A vitória de Bolsonaro conta com a possibilidade de seu governo ser envolvido pelo poder econômico e pelos partidos que dirigiram o golpe de Estado. Não terá as mãos livres para governar, o que o empurrará mais ainda para os braços dos generais, que poderão ditar o curso dos acontecimentos. Qualquer que seja a variante que tome esse governo autoritário, se chocará com as massas. Na hipótese da vitória de Haddad, estará configurada uma situação contraditória. Representará a derrota política da fração burguesa e da frente golpista. No entanto, será uma vitória de Pirro do PT, uma vez que as mesmas forças que derrubaram o seu governo continuarão a condicionar os passos de Haddad. A direita representada por Bolsonaro, que se assenta na camada mais rica da pequena burguesia, e em uma camada da população pobre arregimentada pelas igrejas evangélicas, agora potenciada com o apoio de um setor empresarial, cultivará as tendências militarizantes. O problema do PT é que terá de se ajustar ao máximo possível às pressões do capital financeiro e, portanto, também acabará se chocando com as massas. Esse é o quadro que, por hora, se esboça.

Se Bolsonaro vencer, não terá as mãos livres para governar, o que o empurrará mais ainda para os braços dos generais, que poderão ditar o curso dos acontecimentos. Qualquer que seja a variante que tome esse governo autoritário, se chocará com as massas.

A importância dessa análise está em determinar a política do proletariado. Crescem os apelos do PT e de seus aliados para que toda a esquerda, sindicatos, movimentos camponês, popular e estudantil se perfilam por trás de Lula/Haddad. É preciso rechaçar esse chamado. Os explorados, tendo à frente a classe operária, vão combater a burguesia e seu governo direitista, caso Bolsonaro seja eleito, por meio de suas reivindicações e de seus métodos de luta. A volta do PT ao governo significará tão somente a continuidade do impotente nacional-reformismo, que agora, depois do golpe de Estado, se subordinará ainda mais ao poder econômico e às pressões do imperialismo. A bandeira que expressa a política de independência de classe, nas atuais circunstâncias, é a do voto nulo pela construção do partido operário revolucionário, pelo programa das reivindicações anti-imperialistas e anticapitalistas e pela afirmação da estratégia da revolução proletária, pela constituição de um governo operário e camponês.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Luta pela independência dos sindicatos diante das eleições

Em mais uma eleição presidencial, os explorados estão sendo arrastados pelos partidos e candidaturas burguesas. O que significa adiar a luta coletiva, direta e organizada, desde os locais de trabalho, contra a exploração capitalista do trabalho.

A burocracia sindical se divide entre vários partidos. Serve de correia de transmissão da política patronal. Em particular, a CUT e centenas de seus sindicatos se desdobram na campanha nacional por eleger o candidato Haddad, substituto de Lula. Para o PT, é uma questão de vida ou morte voltar ao poder do Estado, depois de se mostrar incapaz de derrotar o golpe de Estado por meio de um levante operário e popular.

A burocracia sindical – não somente a vinculada ao PT – necessita desse instrumento partidário para melhor impor aos explorados a política de colaboração de classes. A possível chegada de Haddad ao segundo turno avivou as esperanças da burocracia cutista de voltar a ter um espaço político no governo, com o qual pôde e pode melhor enganar a classe operária.

Lula e Dilma exerceram governos burgueses amparados pela burocracia sindical. A CUT perdeu completamente sua independência e chegou a um alto grau de estatização. As demais frações da burocracia (Força Sindical, CTB, CGT, etc.), ou se ajustaram aos governos petistas, ou passaram a exercer oposição de acordo com interesses do momento, e com a crise política. Uma das mais graves consequências de fazer parte do governo é a da comprometer a independência política e organizativa dos sindicatos.

A vasta influência da burocracia reformista permitiu que a direita sindical se fortalecesse e, de conjunto, suas frações erguessem um poderoso muro de contenção à luta operária. O seu vínculo com os governos, seja integrando-se ou fazendo oposição parlamentar, submete os sindicatos à política eleitoral. A burguesia e seus governos – incluindo os montados pelo PT – vêm numa grande ofensiva contra as condições elementares dos explorados e a burocracia sindical bloqueia as tendências de luta do proletariado. Agora, todas as frações burocráticas se batem por constituir um novo governo que lhes facilite a tarefa de conter a luta de classes.

As organizações operárias são usadas para arrastar os ex-

plorados por detrás da estratégia de substituir um governo burguês por outro. Em particular, os reformistas se valem da propaganda de que os problemas da classe operária – desemprego, baixos salários, direitos trabalhistas, fim das discriminações – serão resolvidos por governos de esquerda, bem como elegendo uma bancada parlamentar igualmente de esquerda, ocultando seu caráter de classe, que é burguês.

Maneja-se a noção de direita e esquerda, sem o devido conteúdo de classe. No entanto, a esquerda e a direita sindical – a primeira, identificada pela CUT e, a segunda, pela Força Sindical) – estão sob a mesma condição geral de servirem de

auxiliarem na formação de governos burgueses e de usarem a mesma política de conciliação de classes para apoiá-los. O objetivo de eleger sindicalistas para deputado está condicionado por se meter nas entranhas das instituições do Estado, dos partidos burgueses e dos governos.

A projeção da burocracia sindical na política parlamentar lhe confere uma melhor posição para atuar por cima da classe

operária de conjunto. E os compromissos eleitorais assumidos com as candidaturas e participação nas coligações partidárias abrem caminho para os burocratas comparecerem diante dos explorados como sendo seus porta-vozes junto ao poder econômico e político. A casta burocrática de esquerda, de centro e de direita desfigura a função classista dos sindicatos, que acaba lhe servindo de instrumento para ascender na política burguesa e ganhar a atenção dos capitalistas.

Nos momentos em que todo o sindicalismo, sem exceção, está voltado a arrastar a classe operária e a maioria oprimida a se submeter à política eleitoral da burguesia, é que se vê com maior clareza seu papel de opositores à estratégia própria de poder, ao método de luta coletiva, à organização independente diante dos aparatos burgueses e à política revolucionária do proletariado. Sem o partido revolucionário na direção da classe operária, não é possível ao explorados usarem a força dos sindicatos para combater, no campo burguês das eleições, por seus interesses e desenvolver sua estratégia própria de poder, materializada na luta pela derrubada revolucionária da burguesia e constituição do governo operário e camponês.

A vanguarda que tem os pés no classismo tem o dever de se opor inflexivelmente ao uso eleitoral dos sindicatos pela burocracia. É um bom momento para expor e explicar aos explorados o antagonismo entre a estratégia operária e burguesa de poder; desenvolver o programa de reivindicações, defender o método da ação direta e trabalhar pela construção do partido marxista-leninista-trotskyista. É um bom momento para luta pela libertação dos sindicatos das direções burocráticas, conciliadoras e traidoras.

A casta burocrática de esquerda, de centro e de direita desfigura a função classista dos sindicatos, que acaba lhe servindo de instrumento para ascender na política burguesa e ganhar a atenção dos capitalistas.

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

Às mulheres exploradas, pobres e oprimidas

Não se deixem arregimentar pela disputa eleitoral Lutem pela real emancipação da mulher do jugo do capitalismo Coloquem-se pela construção do Partido Operário Revolucionário

As mulheres constituem a maioria do eleitorado. São 52%. O fato do ex-capitão do exército, direitista, misógino, homofóbico e racista, Jair Bolsonaro, estar à frente nas pesquisas eleitorais, despertou em seus concorrentes uma corrida para conquistar votos entre as massas femininas. Essas marcas, comprovadas ao longo de sua carreira política no parlamento, agora expostas na forma de imagens na propaganda eleitoral, provocaram tamanha rejeição entre as mulheres que 54% afirmam repudiar o fascista. Tamanha rejeição, caso permaneça até o final do pleito, pode ser a perdição de Bolsonaro. Esse gigantesco caudal de votos, por outro lado, se destaca por ser a salvação dos demais candidatos que procuram alcançar o segundo turno. Tudo indica que a maior parte desse peso acabará sendo depositado na balança de Haddad/PT.

Assim que as pesquisas confirmaram a liderança do fascista Bolsonaro, os seus distintos opositores se voltaram a atrair a atenção das mulheres. As redes sociais se tornaram um campo de batalha pela conquista do voto feminino. O movimento “Mulheres unidas contra Bolsonaro” arregimentou 3,2 milhões de participantes, segundo informações. Por ser uma reação eleitoral, de caráter difuso, tem permitido o seu uso por todos os candidatos que são anti-Bolsonaro ou que vestem essa máscara.

Há algum tempo, partidos, parlamentares, governos e candidatos do grande capital e da velha oligarquia abraçaram causas feministas. Os monopólios de comunicação – a rede Globo à frente – se arvoraram e se arvoram em defensores da “igualdade de gênero” e fim do “machismo”. Não é de estranhar que o candidato do PSDB também se apresenta como se fosse legítimo defensor das mulheres, e usa a aversão eleitoral das massas femininas a Bolsonaro. O Centrão, que lhe serve de colchão, reúne empedernidos obscurantistas, que deveriam estar com o ex-capitão, se não fossem outros interesses de aparato. Mas, com certeza, estarão com o reacionário Bolsonaro no segundo turno. Marina Silva se diz melhor representante dos interesses das massas femininas, uma vez que é a única candidata mulher. Mas, é a candidata do obscurantismo religioso, tal qual Bolsonaro. Ambas candidaturas, nesse ponto, distinguem-se em grau de reacionarismo. Ciro Gomes não tem muito a dizer, não tem história em relação à questão da mulher. Mas também procura se identificar com o movimento “Mulheres unidas contra Bolsonaro”. O PT, sim, desde sempre, se colocou no campo do feminismo, do antirracismo e da anti-homofobia. Seus governos tomaram medidas legislativas e judiciais nesse sentido. É quem, portanto, em tese, está mais autorizado a utilizar o potencial eleitoral do movimento de rejeição da candidatura de Bolsonaro.

A bandeira “Ele Não” passou a ser utilizada por todos os opositores a Bolsonaro. Marina lançou o slogan “Ela Sim”; Ciro, “Ele sim”; e mesmo Alckmin, “Ele Não”, Geraldo Alckmin, sim”. O candidato Guillermo Boulos não tem podido aproveitar a contento a animosidade eleitoral contra Bolsonaro. A política feminista do PSOL é um decalque da do PT, de onde nasceu e se formou. Sem aparato, a maior parte do voto anti-Bolsonaro das mulheres se distribuirá entre Haddad, Ciro, Alckmin e Marina. No final das contas, caso se confirme a tendência eleitoral deste

momento, o maior beneficiário será o candidato do PT, o que vem preocupando a direita e o centro da política burguesa.

Há que assinalar, ainda, que um considerável contingente feminino votará em Bolsonaro. Responde à arregimentação de milhões de mulheres pelas igrejas, que as convenceram de que o aborto é um atentado contra a criação divina. Entre os milhões que não votarão no candidato do PSL, há também um contingente que é contra o aborto por razões religiosas. O que mais marcou o ódio das mulheres a Bolsonaro foi sua atitude truculenta e a defesa da discriminação, por isso, foi acertadamente qualificado de misógino. O exemplo que mais calou fundo foi o de seu ataque à deputada do PT Maria do Rosário. Nota-se que, na disputa eleitoral, os reformistas levam vantagem na busca da atenção das mulheres, porque se confrontaram, no Congresso Nacional, com a ultradireita religiosa, principalmente a conduzida pelo poderoso aparato dos evangélicos.

A maior parcela das massas femininas, que segue as orientações e ordens dos pastores, pertence às camadas mais pobres da população. Não é estranho que os partidos da burguesia, que são os responsáveis por perpetuar o capitalismo, por atacar violentamente qualquer movimento independente da classe operária pela sua emancipação, e por reproduzir as opressões e discriminações sobre a mulher, negro, índios e homossexuais, se lancem vorazmente a buscar o voto feminino, levantando a bandeira da igualdade e de fim da violência.

É preciso, sem temor e atenuante, denunciar a arregimentação eleitoral das mulheres, como parte da luta contra a arregimentação da classe operária e dos demais oprimidos. Os reformistas têm uma importante parcela de responsabilidade diante desse movimento burguês. É atraente a bandeira de unir todas as mulheres contra o fascismo, que significa distribuir os votos entre todos os partidos contra Bolsonaro. Oculta-se que a política da ultradireita é parte da política geral da burguesia. Bolsonaro é um rebento da decomposição dessa política geral, que tem por pilares o PSDB, MDB e DEM. Os demais partidos, da ultradireita à esquerda reformista, são suas escoras. Está aí por que vão ocupando o lugar dessa tríade quando as massas a rejeitam.

O golpe de Estado, direitista e antidemocrático, não fortaleceu essa tríade junto aos explorados. Gerou, circunstancialmente, o fenômeno da emergência de um pequeno caudilho agarrado a ideias e posições militares-fascistas, e interrompeu a marcha do nacional-reformismo rumo ao precipício, o que lhe permitiu uma sobrevida. Ganhando Haddad ou Bolsonaro, a fração burguesa dominante e o imperialismo continuarão a empurrar o governo, o Congresso Nacional e o conjunto das instituições para a direita. O que quer dizer: descarregar a crise econômica e a decomposição mundial do capitalismo sobre a maioria oprimida, consequentemente, reforçar a opressão sobre a mulher, etc., atacar o movimento das massas e reforçar a presença dos militares na vida nacional. As diferenças de grau e de ritmo devem ser consideradas, porém, não para arrastar os explorados por detrás das candidaturas e da formação de um novo governo burguês.

As ilusões eleitorais e democráticas não armam a classe ope-

rária para enfrentar as tendências direitistas, ao contrário, a desarmam. A política de pacifismo, que procura responder à política burguesa de violência, cega os explorados e amolece seu ódio de classe contra a burguesia, que lhes impõe a exploração, baixos salários, desemprego, pobreza, fome e miséria. As opressões, em todas suas manifestações, são de classe. Somente pela via da luta de classes – violência revolucionária das massas contra a minoria burguesa – as mulheres oprimidas poderão se unir à massa de homens explorados e marchar contra a classe capitalista e seu Estado. Não haverá igualdade de nenhum tipo; e não se erradicará nenhum tipo de discriminação no seio da sociedade de classes.

Nossa luta, em todos os campos, deve convergir para a derubada da burguesia do poder por meio da revolução proletária e para a constituição de um governo operário e camponês, apoiado nos explorados organizados. Essa é a via para expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção e estabelecer as

Pronunciamento do POR no debate eleitoral da Apropec, 27 de setembro

Os expositores tiveram dez minutos para suas colocações. Dentre os vários representantes de partidos, tendências e candidaturas, o POR fez a defesa do voto nulo. Inicialmente, o representante do POR definiu sua filiação ao marxismo-leninismo-trotskismo. Frisou que era importante, uma vez que defenderia uma posição sobre as eleições de acordo com a política revolucionária do proletariado. O sentido foi o de se distinguir das demais representações partidárias presentes.

Quatro pontos foram destacados:

1. Posição de princípio diante das eleições.

O expositor porista iniciou explicando que as eleições são um campo próprio da política burguesa, portanto estranho à política do proletariado. Concluiu que jamais os explorados chegarão ao poder por essa via. Assinalou que os reformistas falseiam essa verdade, ocultando o caráter de classe dos governos eleitos e da democracia. Recorreu à experiência do PT para fundamentar a posição marxista de que não é possível constituir um governo da classe operária utilizando-se das eleições. Não é tarefa dos explorados ajudarem a burguesia a resolver suas crises políticas, elegendo um candidato, seja ele de direita, centro, ou de esquerda. A posição de princípio sobre as eleições corresponde à estratégia. O proletariado, apoiado na maioria oprimida, chegará ao poder pela revolução proletária. No Brasil, derrubará a burguesia e constituirá o governo operário e camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. O seu campo próprio é o da luta de classes.

2. A tática eleitoral.

A tática é condicionada pela posição de princípio, ou seja, pela estratégia. A luta de classe acaba se manifestando no campo eleitoral e da democracia burguesa, a despeito do controle da burguesia. Está aí por que os marxistas estão obrigados a intervir nas disputas eleitorais e participar no parlamento, quando as condições exigirem e permitirem. A tática eleitoral, porém, é auxiliar e subordinada à tática da independência de classe e dos métodos da ação direta (luta de classes). É ou não aplicada, de acordo com o desenvolvimento da luta de classes. O reformismo, em nome do “poder popular” e da “soberania popular”, tem a tática como

Eleições 2018

bases socialistas de uma nova sociedade com a propriedade social. Toda a luta séria, classista e revolucionária pelas reivindicações mais elementares das massas femininas leva, não a fortalecer o parlamento e os partidos dos exploradores, mas sim ao combate pela estratégia de poder próprio da classe operária.

Por essas razões, chamamos as mulheres, que vivem o dia a dia da opressão capitalista, a votarem nulo e a se colocarem pela construção do Partido Operário Revolucionário. Organizemos nossos comitês de luta! Participemos do movimento operário e dos demais explorados! Aprendamos a usar as greves, manifestações, bloqueios e ocupações como meios próprios de defesa contra todo tipo de opressão! Entendamos que as eleições são o campo da política burguesa e que jamais os explorados chegarão ao poder pelo voto! Fora a hipocrisia e mentira burguesas sobre a igualdade da mulher no interior do capitalismo! Vote nulo consciente! Tomemos nossos problemas em nossas próprias mãos!

instrumento para constituir governo nos marcos do capitalismo. Eis por que eleições e democracia facultam sua política de conciliação de classes (oposta à luta de classes). O marxismo se vale da tática eleitoral para impulsionar a luta de classes pela destruição do Estado burguês.

3. Necessidade do partido revolucionário.

Nas eleições, os explorados somente poderão se manifestar de forma independente por meio do partido que tenha por estratégia a revolução social. Somente nessas condições, é possível à vanguarda aplicar a tática eleitoral como instrumento da luta de classes. As candidaturas próprias, formadas pelos mais temperados combatentes, que encarnam o programa da revolução, podem abrir caminho à maior penetração do partido no seio das massas e separá-las dos partidos burgueses e pequeno-burgueses. Na ausência do partido, as massas dispersas ficam à mercê das pressões do Estado e do poder econômico. São arrastadas pelas disputas interburguesas. É o que vem se passando historicamente, uma vez que o partido do proletariado está por ser edificado. O POR é o seu embrião. Não tem como romper, nas atuais condições, a camisa de força dos obstáculos montados pelos partidos da burguesia e pelas instituições estatais. Os partidos de esquerda que conseguiram se legalizar não expressam a estratégia e o programa da revolução proletária. Está aí por que não têm como aplicar a tática marxista-leninista nas eleições. Acabam sempre intervindo nos marcos estabelecidos pela democracia burguesa. Expressam a política do oportunismo. É o que se passa nas atuais eleições.

4. A situação conjuntural.

As eleições ocorrem após o golpe de Estado. É a mais anti-democrática, desde o fim da ditadura militar. Isso, não apenas porque a fração capitalista dominante alijou o caudilho Lula de se candidatar, mas, principalmente, porque recrudescem os mecanismos discricionários, que protegem os grandes partidos da burguesia. A emergência da candidatura da ultradireita é um fenômeno típico da própria democracia burguesa. Um de seus fatores foi o deslocamento de uma grande parcela da população, que se desencantou com todos os velhos partidos da oligarquia burguesa.

sa, e com o fracasso da política do nacional-reformismo, diante da crise que tomou conta do País, principalmente a partir de 2014. Os aparatos mais reacionários, como os das igrejas evangélicas, dos fazendeiros, dos comerciantes, das corporações policial-militar, etc. aproveitaram o terreno favorável, e se lançaram por trás do fascista Bolsonaro. O candidato da burguesia, Alckmin, foi rejeitado, desde o início. E Lula conseguiu transferir parte de seus votos a Haddad. A crise política que continuou sob o governo de Temer se projetou com mais intensidade nas eleições. Seja Bol-

sonaro, seja Haddad, o eleito, os ataques às massas continuarão, ainda que em distintos graus e ritmos. É fundamental combater as ilusões de que a volta do PT ao poder é a via de barrar a passagem da direita fascizante. Montou-se a armadilha de que, ou se está com a direita, ou com a esquerda. Essa é uma polarização que se limita à disputa eleitoral. A defesa do voto nulo é a que melhor expressa a luta pela independência dos explorados nas eleições. A bandeira de construção do partido operário revolucionário guia esse posicionamento tático do POR.

Profundo eleitoralismo das esquerdas

Diferentemente de quatro anos atrás, quando quatro candidatos a presidente participaram do evento, este ano, os partidos e correntes só enviaram representantes dos presidencialistas, na sua maioria candidatos a deputado, um deles a senador.

O debate da Apropuc é importante porque estabelece iguais condições aos debatedores, com tempos iguais de fala, e com possibilidades de falas e perguntas pelo plenário. Compareceram, além do POR, PT, PSOL, PSTU, PCdoB, PCB, PPL e MRT.

O representante do PSTU falou sobre a crise de 2008 e seus impactos na vida das massas. Segundo ele, o capitalismo “injusto” tem de ser derrubado, por meio de uma “rebelião popular”. A campanha do PSTU se centra na unidade para enfrentar a retirada de direitos. Levanta a bandeira do “Ele não” para enfrentar o fascismo de Bolsonaro. O PSTU combina um chamado abstrato à rebelião socialista (porque não há organização do proletariado com independência de classe, com seu partido revolucionário, para tomar o poder) com a defesa do “Ele não”, que não passa de um chamado eleitoral oportunista.

O PCdoB começou sua fala atacando Bolsonaro, que seria “uma ameaça à democracia”, um perigo de fascismo no país. Atribuiu esse fenômeno à tragédia do golpe de 2016, que caracterizou como ruptura do pacto democrático. Considerou a Lava Jato como uma operação de ataque à democracia, desconhecendo que é criação dessa mesma democracia oligárquica, à qual o PCdoB está tão apegado. afirmou que Bolsonaro se apoia na “elite” (termo não marxista, que dilui a caracterização de classe) e que tem base social de massas por conta das religiões. E concluiu defendendo que é preciso eleger Haddad e Manuela, para que haja desenvolvimento sob a democracia popular no Brasil.

O membro do PPL iniciou afirmando que a causa da crise econômica é a retirada de direitos, especialmente a redução do salário. Disse que existem recursos financeiros, mas que são devorados pelos juros da dívida externa. Criticou a direita e esquerda por acobertarem a política neoliberal implantada pelo governo Dilma, em seu segundo mandato. Que é possível retomar o crescimento com uma elevação salarial, baixa dos juros e revisão das isenções fiscais. Colocou-se por chamar o voto nele. Reafirmou que é possível soluções sob o capitalismo, e que é preciso desgastar os neoliberais. Declarou que, no segundo turno, poderá apoiar o candidato do PT.

A representante do MRT informou que disputa a eleição com as legendas cedidas pelo PSOL, apesar de todas as divergências com ele e com a candidatura de Boulos. Mas, não fez nenhuma crítica concreta à política eleitoral do PSOL e ao candidato Boulos, que vem pregando as mesmas velharias do PT como se fossem novidades. Disse que o papel de suas candidaturas é denunciar a eleição, que é a mais proscritiva desde o fim do regime militar. Mas, depende da boa vontade do PSOL. Poderia fazer a mesma denúncia defendendo o voto nulo, sem que precisasse parasitar

a legenda de um partido reformista, pacifista e eleitoreiro. A candidata do MRT se mostrou indignada pelo fato do PSOL admitir na frente do “Ele não” a presença de Katia Abreu (PDT) e Ana Amélia (PSDB). Mas esse é o partido que lhe presenteou com as legendas, depois de lhe negar a filiação.

O representante do PT relatou um longo histórico de militância, desde a fundação do partido, formação das tendências e a expulsão delas. Disse que o PT tinha duas opções: ou se constituir como partido de quadros (leninista), ou como partido de massa (eleitoral). Esta última é que se concretizou. Assim, o que seria concreto, hoje, é combater o fascismo por meio da eleição de Haddad e Manuela. Limitou-se ao passado, porque seria muito embaraçoso ter de explicar a política de conciliação de classes de seus governos. Não há como ocultar as traições do PT às ilusões dos explorados em suas promessas de reformas democrático-populares.

O representante do PCB fez uma explanação acadêmica. Resolveu ir à República de Weimar, na Alemanha. Incrivelmente, afirmou que o partido estalinista “nasceu internacionalista”. Não havia sequer necessidade de se valer de tamanha falsificação. Espantosamente, citou Lênin para rechaçar a posição do POR de voto nulo. Ocorre que o PCB se juntou ao PSOL, em torno à candidatura de Boulos.

A representante do PSOL afirmou que a população está mais disposta a ouvir quando estamos no momento eleitoral. Que a campanha eleitoral serve para disputar a consciência das massas. E que é preciso ocupar espaços no parlamento e governos. Não lhe custou nada explicar que sua corrente no PSOL (MES) utiliza a eleição para convocar a luta. Que é preciso retomar a greve geral para evitar a reforma da previdência. Concluiu apontando que o “Ele não” deve ser o eixo da campanha. Que seu mandato serve para apoiar a luta, como foi com a greve dos municipais deste ano. A disposição do PSOL em colocar como eixo o “Ele não” é uma confissão de seu eleitoralismo.

Os militantes do POR atuaram no debate divulgando um manifesto, com a banca, materiais e intervenções. Suas falas criticaram o policlassismo eleitoreiro e hipócrita da frente “Ele não”, mostraram que o eleitoralismo afasta as massas da luta direta, que é o caminho para se enfrentar as medidas de ataques dos governos, citando a greve dos municipais de São Paulo contra a reforma da previdência, e mostraram que o verdadeiro leninismo, concretizado nas resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional, defende a intervenção nas eleições sob as condições de defesa da estratégia da revolução e ditadura proletária, denuncia as eleições como meio de arregimentação da burguesia sobre as massas e manutenção de sua ditadura de classe e subordinação da intervenção eleitoral à ação direta das massas, que deve se traduzir na defesa de que as massas devem tomar a resolução de seus problemas pelas próprias mãos, e não confiar um milímetro nas vias das instituições da burguesia.

Debate na UFPE sobre o fascismo

No dia 24 de setembro, foi realizado um debate do ciclo DACS contra o fascismo, organizado pelo Diretório Acadêmico de Ciências Sociais. Na mesa, estava uma candidata a deputada estadual pelo PSol, Jô Cavalcanti; uma estudante da Universidade Católica, também do PSol, e uma militante do POR. As falas do PSOL foram mais um depoimento individual sobre a trajetória de militância e, mais ou menos explicitamente, o chamado às eleições. A fala de Jô indica bem como agem as correntes reformistas, pois trata-se de uma liderança do movimento popular (do sindicato dos ambulantes e MTST). Ante o despontar de trabalhadores da vanguarda natural da classe, essas correntes correm para torná-los puxadores de votos. A militante está compondo uma candidatura coletiva, com 5 mulheres, sendo uma delas transexual. Jô dizia que, por essa via, iria criar um “rasgo” no sistema, sabotar por dentro e promover melhorias. O que vemos, porém, é que as propostas concluem como “remendos” nesse sistema em putrefação.

Em nossa exposição, partimos da caracterização do vínculo entre a crise econômica e o fascismo, e como a direitização da política burguesa no Brasil e no mundo correspondem à necessidade do imperialismo atacar mais fundo os oprimidos e explorados e despejar o peso da crise sobre seus ombros. Esse processo já atingia o governo Dilma, removido pela incapacidade de ir até o fim no ajuste fiscal e nas reformas. Com o golpe, a ditadura civil de Temer promoveu brutais ataques, como a EC 95, reforma trabalhista e lei da terceirização. E, seja quem for eleito, terá como missão promover a reforma da previdência. Mostramos que a direitização atinge todas as candi-

o capitalismo em crise. Ou seja, chamar os explorados a votarem em alguém que, se ganhar, os atacará, não combate as tendências fascizantes.

Outra variante tática foi aplicada pelas direções de poderosas organizações de trabalhadores na Itália e Áustria, que promoveram a desmobilização de piquetes e desarmamento dos operários, achando que, assim, freariam a marcha fascista. Pelo contrário, a desmoralização da classe operária deixou o caminho livre para a instauração de regimes voltados ao esmagamento das organizações da classe.

Para além da oposição entre direita e esquerda, situamos nossa intervenção no terreno da luta de classes, mostrando como a burguesia, dirigida por sua fração do capital financeiro, é ultraminoritária, precisando arrastar para seu lado a pequena burguesia. Para isso, ela conta com várias ferramentas, as mais significativas são a socialdemocracia (com seu apelo à conciliação de classes) e o fascismo (o partido do desespero nacional). Quando a pequena-burguesia é arrastada, leva consigo setores da classe operária. Outro caminho, o da independência de classe, procura fazer o proletariado despontar e dirigir a maioria oprimida, inclusive as camadas arruinadas da pequena burguesia urbana e o campesinato pobre.

A classe operária, porém, para cumprir seu papel revolucionário, precisa de uma direção firme. O que não encontrou na década de 1930, seja na Áustria, Itália, Alemanha e Espanha, e não encontra hoje no Brasil. A tática apontada por Trotsky, ainda na Oposição de Esquerda Internacional, era a da Frente Única. Uma unidade para organizar ações práticas, sem nenhum compromisso de princípios com as direções

traidoras. Marchar separados, golpear juntos. No Brasil, a tendência à materialização dessa tática se mostrou por inteiro na Greve Geral de 27 de abril de 2017. Porém, as direções sindicais, partidárias e populares despejaram toda

(...) a desmoralização da classe operária deixa o caminho livre para a instauração de regimes voltados ao esmagamento das organizações da classe.

daturas, mas tem sua maior expressão no fascista Bolsonaro.

Colocou-se também em discussão como enfrentar tal fenômeno, para isso, a experiência histórica da década de 1930 foi evocada. Apresentamos a luta da oposição de esquerda, conduzida por Trotsky pela frente única contra o nazismo na Alemanha, e como os ziguezagues da Internacional Comunista estalinizada desarmaram os operários. Como banalizaram o termo fascismo, taxando a social democracia de social-fascismo, o liberalismo de liberal-fascismo, etc. Depois, movidos pelo pânico, se abraçaram com o pacifismo, fazendo marchas distracionistas e congressos, mas sem mobilizar de fato a classe operária em seu terreno próprio, o da ação direta. Nas urnas, a classe operária é mero número, mas, em ação, pode mostrar sua verdadeira força coletiva ao parar a produção.

Destacamos que a via eleitoral é estéril para bloquear o fascismo. Essa foi a tática da social democracia alemã, que chamou os operários a se enfileirarem por trás da candidatura burguesa menos pior. O problema é que as propostas fascistas ganham adesão de massa, diante da falência da política dos partidos burgueses e pequeno-burgueses em administrar

essa força social na vala do eleitoralismo. Mas, a sinalização do caminho permanece: materializar a frente única sindical, parte da frente única anti-imperialista, em defesa dos direitos, salários, empregos e vidas dos explorados. Constituir os comitês de luta nos locais de trabalho, estudo e moradia. Ao concluir a fala, identificamos como estamos pagando pela profunda crise de direção, e a ausência de um partido mundial da revolução socialista, propagandeando a defesa da reconstrução da IV Internacional.

Na sequência, os estudantes presentes debateram vivamente o tema, mostrando interesse em entender o fenômeno do fascismo, seu vínculo com a crise e como combatê-lo. Ou mesmo entender a importância de atuar em meio à pequena-burguesia com um programa proletário. As demais participantes se resignaram a afirmar que de fato eleição não resolve nada, mas, como alguém vai ocupar esse espaço, deveríamos disputá-lo, uma defesa sem convicção ou programa. Convidamos também os presentes para nosso curso de formação mensal na UFPE, no dia 29 de setembro, que tratará do tema: marxismo e a tática eleitoral.

USP: o eleitoralismo se opõe à luta pelas reivindicações mais sentidas

Logo no início do semestre, ficou evidente que os estudantes saíram de sua greve derrotados. A reitoria e seus asseclas fizeram as direções do DCE (PT/PCB) e dos CAs de bobos. Nenhuma reivindicação de permanência e acesso foi atendida. As segundas reuniões, onde os petistas esperavam obter, por meio do chamado “diálogo”, alguma migalha que pudesse ser oferecida para evitar a tendência grevista e passar diretamente à caça aos votos, não deram em nada, a não ser a reafirmação de velhas promessas anteriores.

A consequência se fez ver quando as aulas foram retomadas.

A reposição pelos professores foi, na maioria dos casos, uma farsa (isso quando não foi simplesmente cancelada por decreto, como no reacionário departamento de Filosofia). Poucos mantiveram seu compromisso com o ensino.

As salas de aula estão tão lotadas que se aproximam do caos dominante em 2002, quando isso levou a uma greve estudantil de 106 dias na FFLCH. Disciplinas deixam de ser oferecidas. Tudo por conta da falta de professores, 500 a menos em toda a USP, desde 2014.

A permanência continua sendo algo que a burocracia e o governo pretendem eliminar. Para sua política elitista e privatista, não cabe dispendir recursos para manter estudantes pobres na universidade pública. A moradia não tem vagas (3.832 pedem, 165 são atendidos). As mães moram de forma precária. As creches são fechadas. Os restaurantes são terceirizados. Os funcionários são submetidos à pressão dos chefes e de transferências para engrossarem as 3.600 demissões “voluntárias” dos últimos quatro anos.

Os cursos sofrem pressão no sentido de implantarem disciplinas a distância e de treinamento rudimentar para professores, não presenciais.

Tudo isso é parte do chamado desmonte da USP, que visa à elitização, privatização e precarização do ensino e pesquisa. Há setores do capital que parasitam o orçamento de R\$ 5 bilhões da USP, enquanto ela é atacada. Uma organização ligada ao capital financeiro internacional sugeriu a cobrança de mensalidades, de aluguel e de estacionamento, de forma a impulsionar a atual política das reitorias/governo.

É evidente a necessidade de retomar a luta grevista em defesa das reivindicações mais sentidas pelos estudantes e

trabalhadores. Mas, as direções, neste momento, estão preocupadas em eleger um governo “melhor”, em eleger parlamentares que sejam “a nossa voz”. Esquecem de que as eleições são o campo próprio de disputa dos capitalistas e que todo governo eleito, seja mais à esquerda ou mais à direita, terá de ser um instrumento da classe dominante, a burguesia, e suas ações estarão condicionadas fundamentalmente por essa classe, de dentro e de fora do país. Não será pelo voto, jamais, que se poderá enfrentar os capitalistas e seus governos. Somente a organização e mobilização independente das massas pode defender suas necessidades mais sentidas dos ataques promovidos pelos governos e seus lacaios.

Mas, não vemos isso ocorrer na universidade. Logo que a data das eleições se aproximou, o espectro de correntes políticas e partidos (e até anarcoeleitoralistas) se jogou de corpo e alma na caça aos votos e abandonou qualquer trabalho de organização para resistência às medidas de “ajuste fiscal” e privatismo na USP.

Reafirmamos que não será elegendo este ou aquele governo, este ou aquele parlamentar, que será possível conquistar nossas reivindicações. Quem assim o defende, está ajudando os exploradores, seus governos e suas burocracias a manter sua ofensiva contra a universidade e as massas em geral.

É preciso retomar o caminho da greve geral de abril de 2017, e, na USP, aquele das greves que permitiram impor derrotas, ainda que parciais, à burocracia e aos governos. Somente a política revolucionária, que se fundamenta na independência de classe, na organização e nos métodos de luta do proletariado, podem impulsionar essa perspectiva.

Logo que a data das eleições se aproximou, o espectro de correntes políticas e partidos (e até anarcoeleitoralistas) se jogou de corpo e alma na caça aos votos e abandonou qualquer trabalho de organização para resistência às medidas de “ajuste fiscal” e privatismo na USP.

É preciso retomar o caminho da greve geral de abril de 2017, e, na USP, aquele das greves que permitiram impor derrotas, ainda que parciais, à burocracia e aos governos.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$5

A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pôs-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

Balanço da greve da USP 2018

POR | Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

Ceará:

Lançado o comitê pelo voto nulo programático

No dia 15/09, foi lançado na UECE o *Comitê pelo voto nulo programático*, impulsionado pelo POR. Na plenária de lançamento, houve discussão e avaliação da situação política nacional. Três pontos foram destacados: 1) A necessidade de combater o eleitoralismo por meio do qual os partidos burgueses, o reformismo petista e o estalinismo têm arrastado as massas, prometendo mil formas de retomar o crescimento e os empregos; 2) A tática revolucionária diante das eleições na situação de aprofundamento da crise política; 3) A resposta proletária ao avanço da direita fascista e a necessidade de construir o partido revolucionário.

A Plenária se encerrou com a aprovação dos locais de atuação, a partir dos quais se construiu um calendário de mobilização.

Qual deve ser a resposta proletária diante do avanço da direita reacionária e do fascismo?

A propaganda pelo voto nulo programático tem se chocado com as pressões eleitorais sobre as massas. Muitos

trabalhadores nos questionam honestamente se não seria o voto nulo uma forma de favorecer a candidatura fascista de Bolsonaro, uma vez que o correto, em sua opinião, seria derrotá-lo por meio do voto, apoiando candidaturas bem colocadas como Ciro ou Haddad. O mesmo raciocínio move campanhas pequeno-burguesas do tipo “#EleNão!”, para quem o voto em qualquer outro candidato é bem-vindo.

As direções do movimento operário e popular, aferradas à democracia burguesa e à defesa da propriedade privada capitalista, são incapazes de assimilar as grandes experiências da luta de classes internacional e extrair daí as devidas lições. A guinada à direita da burguesia mundial é expressão do aprofundamento da crise, que, desde a segunda guerra mundial, nunca foi tão profunda. O crescimento do fascismo se nutre da debacle da democracia burguesa, a quem os reformistas se apegam mais do que a própria burguesia. A chegada do reformismo ao poder é justamente expressão

dessa crise. Seu fracasso em apresentar soluções à barbárie capitalista impulsionou, por sua vez, o reacionarismo. O PT, em 13 anos, não fez mais que administrar a crise e salvar os capitalistas da bancarrota, por meio do aumento da dívida pública. A sua direção nacional não vê outra saída, senão o apego às lembranças do passado, dos anos de crescimento econômico favorecidos pelo mercado internacional. A via reformista de combate ao fascismo é a de defesa da democracia apodrecida e fortalecimento de suas instituições, com todas as quadrilhas que nela coexistem. Essa via conduz

certamente ao fracasso, uma vez que não é possível reformar suas corrompidas e odiadas estruturas.

Apenas o despertar das massas para luta e a confiança em suas próprias forças pode apresentar uma saída. Essa via não pode ser feita sem que se parta da defesa das suas condições de vida, da luta pelas reivindicações mais imediatas (emprego, salários, terra), e da agitação da Frente Única Sindical, com a exigência de que a CUT, MST, CTB, UNE, UBES, MSTs, etc. rompam com a

política de colaboração de classes e retomem o caminho da greve geral. A solução para se esmagar a direita fascista está na luta unificada das massas contra a grande burguesia, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Quais as nossas tarefas diante do quadro eleitoral

O comitê pelo Voto Nulo começa a ir à porta das escolas, fábricas e universidades; participou do debate com tema da farsa eleitoral, promovido pelo GEAP, no Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (SindiPD), onde teve a chance de fazer uma das exposições e defender a tática revolucionária. A conclusão que se tira é a de que é preciso nadar contra a corrente e desenvolver ao máximo o trabalho de propaganda das posições marxistas. Somente por aí será possível a avançar na tarefa de construir o partido operário revolucionário e superar a crise de direção.

A via reformista de combate ao fascismo é a de defesa da democracia apodrecida e fortalecimento de suas instituições, com todas as quadrilhas que nela coexistem. Essa via conduz certamente ao fracasso, uma vez que não é possível reformar suas corrompidas e odiadas estruturas.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Lorenzetti

Constituir a direção operária das greves

A greve na Lorenzetti expressou a disposição de luta dos operários em combater a reforma trabalhista. A revolta começou no terceiro turno e se estendeu para os demais, contra a aplicação da jornada 12x36, que reduz os salários em R\$ 400,00, e aumenta a jornada de 8 para 12 horas de trabalho. Os trabalhadores elaboraram uma pauta com 10 reivindicações, entre elas, o fim da jornada 12x36. Frente à negativa da empresa e a pressão dos trabalhadores, a direção do sindicato aprovou a greve.

Depois de três dias, o diretor do sindicato, Roberto Dias, o Ninja, realizou assembleia com o primeiro turno, para informar e colocar em votação o acordo negociado com a empresa. O patrão negou a pagar a Nona hora (direito dos trabalhadores do terceiro turno); não concedeu o aumento salarial; não atendeu a reivindicação central, que era o fim da jornada de 12x36. Em relação a PLR, o movimento conseguiu elevar um pouco o valor, que passará de R\$ 1.630,00 para R\$ 1.900,00, o mesmo ocorreu com o vale alimentação, que foi de R\$ 191,00 para R\$ 216,00. Sobre a reivindicação de constituir uma comissão de fábrica, eleita pelos próprios trabalhadores, a empresa disse não. Impôs uma comissão pró-patronal, com 15 representantes indicados pela empresa e 2 pelo sindicato. Por fim, o capitalista se recusou a devolver o desconto que fez de um dia de trabalho e o DSR, referente à greve de 28 abril do ano passado. Após informar esse acordo, o diretor do sindicato o defendeu, dizendo que havia sido um avanço parcial, mas que havia sido o possível. Discurso típico de quem não acredita e não quer utilizar toda a força da classe operária para defender suas reivindicações.

Importância da greve

Após a assembleia aprovar o retorno ao trabalho, o Nossa Classe perguntou a uma operária: qual era sua avaliação da greve?

Ela respondeu: “foi correto fazer a greve. Eu participei dos três dias. A empresa pensava que não tínhamos coragem de parar. Agora ela sabe que podemos parar”. A companheira concluiu: “o único problema foi que faltou organização. Teria de ter impedido a entrada dos fura greves”.

A companheira tirou uma importante lição. A greve é necessária. Somente parando a produção, foi possível quebrar a intransigência da empresa, que foi obrigada a conceder algumas migalhas. O problema é que a direção do sindicato não queria a greve e fez sabotagem. Se a luta tivesse sido firme e unitária, teria ido muito além das migalhas negociadas entre empresa e o sindicato. Sem dúvida, a falta de uma direção classista, de uma comissão de fábrica atuante e de um comando eleito na assembleia foram os principais obstáculos para ter uma greve ativa e forte.

Jogo da direção do sindicato

O primeiro jogo foi o de aprovar a greve e não realizar uma assembleia geral para unificar os operários dos três turnos. A direção manteve os grevistas divididos. No dia em que decidiu fazer a greve, realizou assembleia com o primeiro turno. Os companheiros aprovaram a greve e não foi permitida a entrada de fura greves. No segundo turno, o sindicato não formou os piquetes de greve. O que facilitou a entrada dos fura greves.

A partir do momento em que a greve foi decretada, todas as decisões deveriam ser debatidas e votadas na assembleia geral, de forma coletiva. A minoria, acatando a decisão da maioria. Isso é a democracia operária. A direção fez o contrário. Colocou em prática o liberalismo burguês, deixando a critério de cada companheiro/a decidir se entraria ou não. Individualizando uma decisão, que deveria ser tomada de forma coletiva, na assembleia geral, com direito a todos de debater e votar como seguir a luta. O piquete para impedir a entrada dos fura greve é parte da democracia operária, para garantir o interesse coletivo da classe.

Outro jogo da direção foi a não convocação de uma assembleia geral das três unidades da Lorenzetti, para estender e unificar a luta com os trabalhadores das demais fábricas, que também enfrentam os mesmos problemas. A direção, que não queria a greve, fez tudo para impedir o choque com a patronal. Lembremos que há dez anos não havia greve na Lorenzetti, e os problemas já vinham se arrastando. Dividir os trabalhadores por meio de assembleias por turnos, foi a forma da direção enfraquecer a luta, e colocar trabalhadores contra trabalhadores. Essa conduta de dividir, de recusar a constituir o comando de greve, de não fazer os piquetes, de evitar a unidade com as outras fábricas, tudo isso é consciente. Faz parte da política da burocracia sindical, que é a política da conciliação de classes. Na prática, significa fazer tudo para impedir a luta de classes. Impedir o enfrentamento dos operários com os patrões. Não por acaso, está sempre dizendo que a greve é o último recurso, quando deveria ser o primeiro, pois, somente com a greve é que o patronato escuta os trabalhadores.

Ao contrário da política da burocracia sindical, a comissão de fábrica de luta e independente não será resultado de uma negociação com a empresa. Será no calor da luta por suas reivindicações, com a greve, que os operários irão impor ao patrão a constituição de uma comissão de fábrica, eleita e constituída pelos operários mais firmes do chão-de-fábrica. Somente assim será possível organizar a greve e defender as reivindicações de forma consequente.

Tarefas colocadas.

A traição cometida pela direção sindical, com sua política de conciliação, coloca para os trabalhadores da Lorenzetti a urgente tarefa de constituir uma comissão de fábrica de luta, independente, classista e revolucionária.

É preciso tirar as lições desse importante movimento, para preparar as condições para uma nova batalha contra o patrão. Isso por que as reivindicações principais, que foram o carro-chefe da greve, não foram atendidas. É necessário continuar defendendo o fim da jornada 12x36, por meio da reivindicação de redução da jornada sem redução de salários. Além de outras reivindicações, que também não foram alcançadas.

A luta contra a jornada 12x36 é parte da luta contra a reforma trabalhista da ditadura civil de Temer. Somente com a organização e luta coletiva da classe operária e demais oprimidos, retomando a greve geral, será possível impedir sua implantação.

É necessário ligar a luta pelas reivindicações vitais e contra as reformas com a luta pelo fim ao sistema de exploração capitalista, raiz da brutal exploração do trabalho.

Burocracia sindical, porta-voz das montadoras

Entre 10 e 14 de setembro, em Lima, Peru, ocorreu a conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), América Latina e Caribe. Lembremos que a OIT é um organismo da ONU. O objetivo da Conferência, segundo a Tribuna Metalúrgica, foi o de “*debater experiências de políticas de desenvolvimento produtivo, com participação dos trabalhadores, governos e empresários*”. Participaram 11 países, perfazendo 50 representantes.

Wellington Messias Damasceno, diretor do Sindicato Metalúrgico do ABC, lamentou: “*é uma pena que nem integrantes do governo nem os empresários participaram, já que a conferência incentiva as negociações tripartites como melhor modelo para o desenvolvimento de políticas industriais. No Brasil, tanto o governo quanto empresários ainda relutam em dialogar com os trabalhadores*”.

É bem provável que a grande imprensa e a própria OIT não

tenham se preocupado em dar grande publicidade à reunião, uma vez que não despertou interesse dos capitalistas e dos governos. O que podemos concluir que a conferência de Lima fracassou. O próprio sindicalista brasileiro indicou que a importância da reunião estava em discutir “*as negociações tripartites*”.

O que poderiam fazer sem os dois interlocutores, necessários para a política de conciliação de classes? Nada! Aproveitaram para apresentar “*experiências que deram certo, mas também em como as negociações tripartites podem contribuir para a melhoria da produtividade da indústria e garantir, com isso, geração de mais e melhores empregos*”. Certamente, os burocratas sindicais saíram da conferência unidos do objetivo de procurar seus respectivos governos burgueses para incentivá-los a montar “*as negociações tripartites*”.

Wellington aproveitou para relatar a façanha do “Inovar-Auto”. Programa foi transformado em lei, 2012, no governo de Dilma Rousseff, montadoras e sindicato. Diz o sindicalista que foi uma maravilha. “*Novas fábricas*” foram construídas e os carros ficaram “*mais seguros e eficientes*”.

A matéria da Tribuna Metalúrgica não se animou a fazer um balanço sobre a situação do emprego e dos salários dos operários. O Inovar-Auto se encerrou em 2017. Nesses cinco anos, é preciso dizer se aumentaram os postos de trabalho ou diminuíram; e se os salários aumentaram ou diminuíram. Certamente, a direção do sindicato metalúrgico do ABC teria de apresentar um balanço negativo do Inovar-Auto para os trabalhadores. E um balanço positivo para as multinacionais, que receberam subsídios governamental por meio da redução do IPI.

As chamadas negociações tripartites não têm nada a ver com participação dos operários como diz Wellington. Tem a ver, sim, com a participação da direção burocrática, que fala em nome dos operários. Sem dúvida, do outro lado, os representantes dos capitalistas e dos governos falam consequentemente em nome das multinacionais. Na realidade, não há “*negociação tripartite*”. Capitalistas e governo estão de posse de um mandato da mesma classe, que é a burguesia. Essas falsificações servem para acobertar a submissão da burocracia sindical às multinacionais.

A classe operária deve rejeitar a política de conciliação de classes e despedaçar a armadilha das “*negociações tripartites*”. Essa mesma burocracia encabeçou a

GOVERNO DO PT PATROCINOU ENORMES SUBSÍDIOS ÀS MONTADORAS

No Jornal Massas, nº 444, do início de novembro de 2012, publicamos um Manifesto referente ao avanço da crise econômica e à adaptação do governo de Dilma Rousseff aos interesses do grande capital. Na forma de um Manifesto, o POR afirmava: “*Não há outra via para a classe capitalista perante a crise a não ser atacar a classe operária e as condições de vida das massas. As medidas econômicas do governo de Dilma Rousseff (PT/PMDB/PSB/PDT/PCdoB, etc.) servem aos interesses do grande capital nacional e multinacional. A burocracia sindical avança sua subserviência ao governo e aos objetivos capitalistas diante da crise. Defendamos a vida dos trabalhadores e da juventude com o programa proletário*”.

Em relação ao acordo tripartite governo, montadoras e sindicatos metalúrgicos, o POR denunciou o “novo Regime Automotivo” (Inovar-Auto). Eis: “*Os primeiros sinais da crise de superprodução já tiveram consequências, despertando desconfiança nos operários sobre a possibilidade de uma longa estabilidade econômica. O Sindicato Metalúrgico do ABC aceitou as exigências da montadora de reduzir a jornada com redução salarial e de aplicar a suspensão remunerada com diminuição dos ganhos. Para isso, teve de convencer os metalúrgicos de que é melhor se curvar do que lutar*”.

E continua: “*Uma grande manobra tem sido realizada pela burocracia. Propaganda insistentemente que a presidente Dilma está do lado dos trabalhadores. As medidas fiscais e creditícias de apoio às multinacionais são apresentadas como defesa da indústria nacional e dos empregos. A milionária renúncia fiscal, no entanto, não impediu que a Mercedes-Benz impusesse a redução da jornada com redução dos salários. Caso não volte a vender seus carros e caminhões como antes, as demissões virão*”.

E, assim, o POR rechaça o apoio ao capital imperialista e a seus consorciados nacionais. Eis: “*O novo Regime Automotivo anunciado por Dilma prevê mais renúncia de impostos às montadoras. A justificativa, desta vez, é a da renovação tecnológica, da competitividade e da nacionalização das peças. Mas nada que as multinacionais possam fazer livrará o setor da crise de superprodução. Nenhuma medida do governo de apoio às montadoras modificará as decisões das matrizes em se proteger da ociosidade mundial e da guerra comercial. Por mais que a burocracia sindical servil se esforce em colaborar com o capital imperialista, não terá como evitar que as multinacionais descarreguem a crise sobre a classe operária*”.

Essa explicação, denúncia e previsão se confirmaram plenamente. Agora, o burocrata Wellington vem com a mesma conversa fiada sobre a necessidade de restabelecer a “*negociação tripartite*”, devido às exigências de produtividade, das novas tecnologias e da especialização dos operários. Só se esqueceu de uma palavrinha “*nacionalização das peças*”, tão usada no governo petista para acobertar sua capitulação diante das pressões das multinacionais.

implantação da flexibilização capitalista do trabalho. Sujeitou os metalúrgicos a acordos de redução da jornada com redução de salários. Negociou as demissões por meio dos PDVs. Colaborou para o rebaixamento salarial, valendo-se dos PLRs, que não são incorporados nos salários. E, finalmente, manteve a classe operária desarmada diante da implantação da tercei-

rização e da quebra de antigos direitos trabalhistas. Esse é o balanço real que pesa a favor dos exploradores.

Sobre a base dessa experiência, lutamos por constituir uma direção classista, revolucionária. O fundamento de sua política é a da luta de classes, que se opõe frontalmente a da colaboração de classes.

QUINZENA DE LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

Greve geral na Argentina

No dia 25 de setembro, as principais centrais sindicais da Argentina convocaram a quarta greve geral contra a política econômica do presidente Macri. A greve geral de 36 horas paralisou os transportes públicos, aeroportos, bancos, comércio, escolas e universidades.

Nesse mesmo dia, Macri estava em Nova York em negociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A negociação envolve a renegociação do empréstimo de 50 bilhões de dólares por um ainda maior. A situação dos trabalhadores argentinos é dramática. O índice de desemprego é de 9,6%, a estimativa da inflação para 2018 será superior a 40% e a moeda Argentina (o peso) desvalorizou, desde o início do ano, em 50%. Em troca do empréstimo, o governo deverá cumprir as exigências dos banqueiros internacionais. A política de “ajuste fiscal” envolve o arrocho salarial, aumento das demissões, retorno das discussões da reforma trabalhista e cortes, ainda maiores, nos gastos sociais.

Como se vê, os governos pró-imperialistas agem da mesma forma em todos os países. A burguesia está unificada em torno das medidas antinacionais e antipopulares. Unem-se para jogar sobre os ombros dos trabalhadores o peso da crise econômica.

Somente a unidade da classe operária e demais explorados, com seus métodos próprios de luta, poderá colocar fim aos ataques dos governos e patrões.

Tudo pronto para votar a reforma da previdência

Temer aproveitou a febre eleitoral, que tomou conta da situação política, para anunciar que vem conversando com os candidatos para, assim que concluir o pleito, votar a reforma da previdência, em novembro. O fato é que o capital financeiro exige que o governo conclua sua missão de aprovar as reformas antinacionais e antipopulares, objetivo do golpe de Estado. Que não deixe para o governo eleito essa árdua tarefa, de cortar na carne o direito à aposentadoria. Como sempre, justifica que o déficit previdenciário consome bilhões do orçamento, e que é preciso desfazê-lo. E o remédio é amargo: criar obstáculos para a maioria da população de obter uma aposentadoria ou pensão.

Enquanto o governo arruma a casa para votar a previdência, inclusive suspendendo a intervenção militar no Rio de Janeiro, a burocracia sindical continua caçando votos e ludi-

briando os explorados de que, por meio das eleições, é possível derrubar as reformas. É preciso, portanto, combater esses burocratas traidores.

Campanha Salarial dos Metalúrgicos de São Paulo.

Os Metalúrgicos de São Paulo e Mogi realizaram, dia 21 de setembro, a assembleia para aprovar a pauta de reivindicações da campanha salarial e a renovação da convenção coletiva. Iniciaram mostrando os dados negativos da economia. Uma diretora informou que a campanha salarial do ano passado havia sido muito ruim, porque somente agora, em setembro, os trabalhadores estão recebendo 1,88% da última parcela do acordo do ano passado.

Em seguida, Miguel Torres, presidente do sindicato, falou um minuto sobre as dificuldades da campanha salarial e, a maior parte do tempo, utilizou para fazer campanha eleitoral em defesa de seus candidatos. Pediu para os trabalhadores votarem no conhecido pelego e corrupto Paulinho Pereira, da Força Sindical. Informou que o Mancha, do PSTU, estava presente na assembleia, e pediu para que os trabalhadores votassem nele para se-

nador. Depois, sem nenhum debate, ou intervenção dos trabalhadores presentes, foi aprovada a pauta de reivindicações, com 106 itens. Entre os itens, não encontramos as reivindicações principais que devem fazer parte e eixo central de uma campanha salarial, como: salário mínimo vital e móvel, que seja o suficiente para manter as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias. Nenhuma demissão. Estabilidade para todos os trabalhadores, acidentados e não acidentados. Defesa da redução da jornada, sem redução de salários. Divisão das horas nacionais de trabalho entre empregados e desempregados, para garantir emprego a todos os trabalhadores. Torres colocou em votação e foi aprovada, com um voto contra, a pauta de reivindicações.

A ausência de uma direção operária classista faz com que o burocrata do sindicato manipule a assembleia e aprove uma pauta de reivindicações quilométrica, porque sabe de antemão que não organizará a classe operária para defender os salários, os empregos e os direitos. A presença do PSTU na assembleia, de forma passiva e oportunista, pensando somente em ganhar votos, mostra por um lado, o quanto esse partido está burocratizado e submetido ao eleitoralismo.

(Continua no verso)

A ausência de uma direção operária classista faz com que o burocrata do sindicato manipule a assembleia e aprove uma pauta de reivindicações quilométrica, porque sabe de antemão que não organizará a classe operária para defender os salários, os empregos e os direitos.

Convenção Coletiva depende da luta grevista

Os sindicatos dos metalúrgicos, ligados às várias centrais, realizaram, nos meses de agosto e setembro, assembleias nas portas de fábricas para votar a manutenção dos acordos coletivos. Os patrões querem o seu fim. A eliminação dos acordos coletivos escancara ainda mais a terceirização, o trabalho intermitente e, consequentemente, ao aumento da precarização do trabalho. Mais ainda: a reforma trabalhista pôs fim a ultratividade dos acordos, princípio que garantia a manutenção dos direitos, enquanto durassem as negociações.

As direções sindicais, no entanto, não propuseram unificar os operários em assembleia geral. Pesa contra os operários, além do divisionismo das centrais, a tática da burocracia de se limitar a realizar as assembleias somente por fábrica. Evidentemente, essa forma de organização da classe operária serve apenas para seu enfraquecimento, diante das investidas dos patrões. Somente com a luta coletiva, unificada, será possível manter os acordos coletivos e ampliá-los com reivindicações gerais da classe operária. Daí a importância da organização e da assembleia geral dos metalúrgicos.

STF amplia e oficializa a terceirização

No dia 30 de agosto, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 4, aprovou que a terceirização poderá ser utilizada pelos patrões para contratação em todos os setores, que inclui o funcionalismo. Isso indica que os patrões estão livres para demitirem os operários com carteira assinada e contratarem terceirizados. E que os governos podem ampliar a terceirização para todos os serviços públicos, inclusive para contratar professores. E as consequências são drásticas: aumento da exploração do trabalho, salários menores, cortes de direitos trabalhistas e maiores dificuldades para se alcançar a aposentadoria.

O POR denuncia as burocracias sindicais que desmontaram o movimento que culminou na greve geral de 28 de abril do

ano passado. E defende que é preciso retomar a luta grevista para derrotar a implantação da lei da terceirização, que é parte da reforma trabalhista.

Violentas consequências da Reforma Trabalhista

O ano de 2017 foi marcado por lutas contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Michel Temer. Das reformas impostas pelo governo, duas foram aprovadas pelo Congresso: a Lei do Teto e a Reforma Trabalhista. A primeira corta recursos de serviços públicos essenciais à maioria dos explorados. A segunda elimina centenas de direitos conquistados pela classe operária e demais trabalhadores em luta contra os patrões.

A responsabilidade de todas as centrais sindicais é gigantesca. Fizemos corpo mole diante do ataque do governo. Desmobilizamos a greve geral após seu êxito em 28 de abril. Utilizamos a reforma trabalhista como moeda de troca para seus interesses corporativos, a manutenção do imposto sindical. Como já era de se esperar, o governo não cumpriu o prometido e retirou a obrigatoriedade do desconto do imposto sindical da folha de pagamento.

Os patrões, por sua vez, vêm aplicando as novas regras da reforma trabalhista. A terceirização, o trabalho intermitente, a extensão da jornada de trabalho e a extinção das convenções coletivas. A promessa de ampliação do emprego, com a diminuição de direitos trabalhistas, não se realizou. Permanece alto o desemprego e o subemprego.

Pior ainda, além de desmobilizar a classe operária, as burocracias sindicais se embrenharam no eleitoralismo. As campanhas salariais foram abortadas. O resultado não poderia ser outro: o patronato continua com as mãos livres para impor a violenta exploração do trabalho. Isso ocorre porque a classe operária não conta com uma direção classista, independente dos patrões, governos e Estado burguês. Esse obstáculo tem de ser superado. Daí a importância da constituição das comissões de fábrica independentes, dos comitês de luta e da defesa das reivindicações vitais e do método da luta de classes.

Rondônia

VII Conferência do Sintero Eleitoreira e antidemocrática

Nos dias 20 e 21 de setembro, aconteceu a VII Conferência Estadual de Educação do Sintero. Tinha como tema “Educação Participação Política e Fortalecimento da Democracia”. No primeiro dia, foi exclusivamente dedicada aos candidatos ao governo do estado. Os nove candidatos foram convidados, porém, só compareceram quatro: Acir Gurgacz (PDT), Coronel Charlon (PRTB), Pedro Nazareno (PSTU) e Pimenta de Rondônia (PSOL). Também foi convidado pelo sindicato o governador atual, Daniel Pereira/PSB, que fez elogios à presidente do Sintero, dizendo: *“Me orgulho do meu primeiro ato como governador, que foi a assinatura da lei que concedeu aumento salarial aos professores e aos Técnicos Educacionais”*. A Conferência seguiu fazendo chamamento de voto para os candidatos da educação e do PT.

A escolha dos conferencistas e delegados para Congres-

sos e Conferências não se dá por critérios baseados na democracia sindical. Ou seja, ampla divulgação, convocação de assembleias massivas para decidir os critérios de participação. A Corrente Proletária denunciou o documento que divulgava a data, local e número de delegados por regional, que dizia que não era preciso assembleia para a escolha de delegados. E apresentou uma proposta de resoluções à Conferência. Cabe destacar que os espaços foram dados aos politiquinhos, e não para a discussão de resoluções e propostas para impulsionar a luta dos trabalhadores da educação.

A conclusão não poderia ser outra: a Conferência serviu apenas de tribuna para os candidatos, particularmente, para o PT. Nada teve a ver com as necessidades gerais dos professores e demais explorados.

Afuse

O caminho tem de ser o da luta para conquistar as reivindicações

Os funcionários de escola sentem na pele, diariamente, o salário arrochado, a precarização das escolas, o desmonte da escola pública e o aprofundamento da terceirização. O miserável reajuste salarial de 3,5% foi um acinte, diante de um piso salarial de fome e do arrocho salarial que, há anos, vem sendo imposto pelo governo do PSDB. Está colocada a necessidade objetiva de enfrentar os ataques da burguesia e seu Estado, convocando as assembleias gerais, para que possamos coletivamente decidir e organizar a luta.

Na contramão dessa necessidade, a direção da AFUSE está inteiramente voltada ao eleitoralismo. Assim, na reunião de 14 de setembro, em Franco da Rocha, o burocrata iniciou dizendo aos representantes de unidade escolar (RUs) que era necessário “escolher bem no momento da votação” e alertou a “ter cuidado com o PSDB”. Quer que os funcionários acreditem que, por meio de eleições – escolha de candidatos “comprometidos –, é possível melhorar as condições de trabalho e dos salários. Acabou engrossando a campanha da imprensa monopolista, de que é preciso ir votar, agregando as bandeiras reformistas de escolher “bem” os candidatos, e ter “cuidado” de não votar no PSDB. Portanto, submete o sindicato, que é um instrumento de luta dos explorados, às disputas eleitorais. Mas, isso não é novo. A direção da Afuse é do PT, e faz do sindicato uma correia de transmissão da política reformista. Está aí por que tem como método a conciliação de classes, e não a luta direta.

Rio Grande do Norte

Vitória parcial dos temporários, pais e estudantes

Na região de São Gonçalo do Amarante, RN, os trabalhadores temporários estavam para ser demitidos em pleno ano letivo, devido ao encerramento do contrato. Com o fim do contrato, aproximadamente duzentos professores temporários seriam demitidos, e os estudantes não concluiriam o ano letivo de 2018. Seria o caos na educação municipal, reconhecido por todos. O governo já tinha uma carta na manga: queria realizar um novo processo seletivo, deixando os professores celetistas desempregados e os estudantes sem aula até que concluísse todo o trâmite burocrático. O prefeito poderia ter resolvido tudo isso com a sua assessoria jurídica, uma vez que apareceu a solução do problema só depois que os temporários, pais e estudantes se mobilizaram. O procurador do município encontrou uma brecha na lei e o governo assumiu a prorrogação do contrato.

Foi muito importante a mobilização dos temporários, dos pais, estudantes, os abaixo-assinados, a visita à Câmara, ao Conselho Tutelar, a reunião das escolas, a denúncia no rádio Momento Metropolitano, a ida à Secretaria de Educação e à Procuradoria do município. O movimento contou com a atuação da Corrente Proletária, que juntos não arredaram o pé, até a vitória parcial do movimento.

Foi por meio dessa política que a direção da Afuse manteve os funcionários na passividade e despolitizados. Essa condição dos funcionários permite que a burocracia sindical abandone o terreno próprio dos explorados, que é ação direta, e se coloque no terreno da classe exploradora. A apatia e o descrédito para com o sindicato favorecem a política dos burocratas, que deixaram de convocar assembleias gerais e tomaram para si o poder de decisão por acima da classe (dos funcionários).

O problema está em como combater essa política que corrói o sindicato, como instrumento de organização e ação coletivas de defesa da força de trabalho. Portanto, como ferramenta da luta de classes contra os governos e os capitalistas. Por isso, o combate à burocratização da Afuse deve partir das reivindicações que unificam os funcionários com os demais explorados (salário, emprego, direitos, etc.) e do método do enfrentamento direto aos governantes e à burguesia. É nessa luta direta que a maioria dos funcionários rechaçará a direção conciliadora do sindicato. E o caminho está em pôr de pé uma oposição classista, que se baseia no programa para a luta de classes.

Nesse momento, é nosso dever exigir que a direção da Afuse convoque a assembleia geral, amplamente convocada, para organizar o movimento contra o arrocho salarial (determinado pela PEC do Texto), contra o avanço da terceirização (exigindo que o governo efetive todos os trabalhadores terceirizados que trabalham nas escolas) e contra a reforma da previdência (que está prevista para ser votada em novembro).

Posição miserável da direção do sindicato (PSTU)

A direção do sindicato (núcleo São Gonçalo do Amarante), dirigido pelo PSTU, não foi até o final na defesa dos celetistas. No início, propôs ajuda jurídica, a ida à Secretaria, mas, depois que ouviu do Secretário de Educação, Abel Neto, dizer que daria uma resposta, que não precisava do movimento, pois, estava assumindo a prorrogação do contrato, a direção do sindicato se comportou como um cordeiro, assumindo que iriam passar as informações para os temporários. A desmobilização do movimento foi vergonhosa. Sua conduta de confiar no secretário de educação, sem nenhum documento, sem nenhuma proposta segura da defesa dos celetistas, foi uma conduta típica de burocracia. Além de não ir até o fim na defesa dos temporários, isolou os trabalhadores da educação na derrubada do ponto eletrônico, pelo terço da hora atividade, pelas passagens que foram descontadas e não repassadas.

Da firmeza do movimento até a vitória parcial

Ao desconfiar na postura do Secretário de Educação, a Corrente Proletária realizou uma reunião com pais e celetistas para avaliar o movimento. Nesse encontro, decidiu-se ir à Secretaria

de Finanças cobrar o novo processo seletivo, à Procuradoria do município e à Secretaria da Educação, para saber a resposta em relação à prorrogação dos contratos. O governo procurou enrolar e dificultar a assinatura dos contratos, mas, a pressão desse grupo foi fundamental. Resultado: a maioria dos celetistas acabou indo à secretaria assinar o novo contrato no último dia quinze. Ficou a lição: Não dá para acreditar no que diz o governo, nem em seus secretários. É preciso confiar somente em nossas próprias forças.

Perseguição aos professores celetistas

A perseguição foi clara quando um grupo de professores celetistas iniciou o movimento para defender seu emprego. Pelas redes sociais, um suposto agrupamento de pais passou a questionar o método de ensino desses professores, seus horários de trabalho, etc. Uma das professoras foi ameaçada por parte de uma mãe, certamente a serviço do governo. Chegou

ao ponto de uma diretora pedir aos pais que cobrassem o cumprimento dos horários dos professores. O clima de ameaça aos professores lutadores foi a forma do governo e de seus porta-vozes nas escolas de amedrontar e inibir as próximas lutas. O fundamental é que o movimento conseguiu a prorrogação dos contratos, uma vitória parcial.

Nossa posição

A Corrente Proletária defendeu a efetivação imediata dos temporários, que foi imediatamente assimilada pelos pais e repudiada pela direção do sindicato (PSTU) e pelo conselho tutelar. Há ainda pouca compreensão por parte de alguns celetistas da importância de defender a efetivação, e não apenas a prorrogação de contratos e novo processo seletivo. A luta não se encerra nesse conflito. O final do ano está aí. Os contratados poderão ser demitidos. Daí a importância de manter o movimento e avançar em suas reivindicações.

TODO APOIO À LUTA DOS TRABALHADORES DA ESCOLA JÚLIO SENNA NO RN CONTRA O ASSÉDIO MORAL NA ESCOLA

Assim como as demais escolas da rede municipal de Ceará-Mirim/RN a Escola Municipal Dr. Júlio Senna, na gestão do prefeito Marcone Barreto continua em um processo de sucateamento refletindo na falta de material, de condições de trabalho e estudo. A situação esse ano se agravou a ponto de não termos nem mesmo a tinta para abastecer o lápis do professor escrever no quadro, falta papel, e material de limpeza, turmas sem aula de matemática, artes, cultura, salas sem lâmpadas, além da estrutura física comprometida.

Como se não bastasse isso, o prefeito na ânsia de manter o discurso de conter gasto colocou apenas um vigia na escola e assim a escola sofreu três arrombamentos, em menos de um mês, onde levaram o pouco que já tínhamos, paralisando a escola por completo.

A prefeitura em nenhum momento tomou uma atitude diante desse caos, apesar dos diversos ofícios enviados pela escola. Diante da omissão do prefeito decidimos suspender as aulas e convocar uma reunião com pais e estudantes dos turnos matutino e vespertino. Coletivamente as reuniões decidiram por fazermos

atividades de rua e denunciarmos o caos nos meios de comunicação. Encurralado diante das denúncias o prefeito Marcone Barreto decidiu atender as nossas reivindicações. Mas não sem antes utilizar a rádio para desferir ataques levianos ao corpo docente da escola, nos chamando de incompetentes e preguiçosos porque não comprávamos as lâmpadas e ajeitávamos os banheiros. Decidiu intervir na escola, exonerou verbalmente a direção e colocou duas irmãs, que segundo ele “colocará moral” na escola. Na verdade significa reprimir a comunidade escolar que ousou lutar, enfrentá-lo e derrotá-lo.

Em reunião convocada dia 20/09 o prefeito e a direção caluniaram e difamaram os trabalhadores em educação da escola. A reação foi imediata e desmontou o prefeito e suas mentiras. Revoltado o prefeito tentou agredir fisicamente uma professora. No que foi contido por segurança armado e retirado da escola.

Repudiamos a atitude fascista do prefeito Marcone Barreto. Nossa solidariedade aos lutadores da Escola Júlio Senna em Ceará-Mirim/RN

Lutar não é crime!

Rio Grande do Norte

Seminário do PSTU não serviu para organizar a luta contra os governos

O seminário organizado pelo PSTU, que dirige núcleos e regionais da grande Natal, aconteceu no sindicato dos Bancários/RN. A discussão se deu em torno da BNCC, FUNDEB, a violência e opressão da mulher e assédio moral. A exposição dos militantes do PSTU foi superficial. Não foram a fundo nas explicações dos diversos temas na relação da crise do capitalismo. A participação dos trabalhadores parecia mais um curso da secretaria de educação, onde a preocupação com o certificado no final do curso era visível.

A Corrente Proletária atuou denunciando os ataques do prefeito de Ceará-Mirim, que tentou atacar um de nossos militantes fisicamente, criticou a coordenação por ter negado a sua participação na mesa como uma das expositoras. Assim, coube intervir do plenário, com a banca do partido e com a distribuição do Manifesto sobre o voto nulo.

Nas intervenções, a Corrente Proletária mostrou a impor-

tância do seminário para a organização dos trabalhadores para enfrentar as reformas antinacionais e antipopulares do governo. Mostrou a marcha de desagregação do capitalismo e do avanço da barbárie social, onde a violência e toda sorte de opressão se manifestam cotidianamente. Daí a importância de aprovar um plano de lutas e constituir os comitês de base. No entanto, não foi o que ocorreu. Em relação à violência e opressão da mulher, as candidatas do PSTU se colocaram no campo das eleições. O seminário, assim, foi uma oportunidade para que essas mulheres pudessem defender suas posições eleitoralistas.

O PSTU procurou justificar a ausência do POR na mesa dos expositores, usando o mesmo argumento das burocracias sindicais, que é a de que só as entidades que construíram o seminário e as convidadas poderiam expor, no caso o ILAESE e coletivo Leila Diniz. Isso atesta o quanto o PSTU está burocratizado e o quanto se aproxima da política de conciliação de classes do PT.

Debate sobre as condições de trabalho dos professores em São Paulo

Foi realizado, no dia 20 de setembro, um debate na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, sobre as condições de trabalho dos professores das redes pública municipal, estadual e rede privada, promovido pelos responsáveis por estágios supervisionados do curso de Pedagogia e demais licenciaturas.

Apesar da ampla divulgação, a participação dos estudantes foi muito pequena, situação bastante sintomática, já que o espaço acadêmico tem se fundamentado cada vez mais no idealismo, de tal forma que os próprios docentes da faculdade de Educação acabam boicotando esse tipo de debate, que trata da realidade concreta das escolas, pois, se choca diretamente com a defesa de que os problemas da educação não são de ordem pedagógica e de gestão.

A Corrente Proletária atuou discutindo as condições de trabalho a partir da realidade da rede municipal de ensino de São Paulo, tomando como base dados da realidade concreta das escolas, desde as condições estruturais das unidades, os cargos existentes, os regimes e jornadas de trabalho, a proporção adulto-criança em sala de aula, a política salarial, a composição das verbas destinada às escolas, dentre outras questões.

O dado mais alarmante se refere à própria composição da rede municipal de ensino, composta por 3.784 unidades escolares, sendo 59% gerida por meio das parcerias público-privadas. Esse percentual de privatização é ainda maior quando se observa apenas a Educação Infantil, que possui 2.852 unidades escolares, o que equivale a 75% de toda a rede, sendo 67% de gestão privada (rede conveniada e indireta).

Uma das consequências diretas desse processo de privatização está relacionado às condições das escolas, de forma que o atendimento dos bebês e crianças não foi construído para essa finalidade, mas, sim, são espaços adaptados para o atendimento educacional, revelando a precarização do atendimento. Alguns números demonstram a precarização desses ambientes, que no geral são constituídos apenas de salas de aula: apenas 22% das escolas possuem laboratório de informática, 36% das escolas de educação infantil possuem brinquedoteca. Quanto à acessibilidade aos alunos com deficiência, a situação também é muito precária, apenas 16% das escolas possui elevador, 19% possui rampas de acesso aos cadeirantes e 60% possui sanitários para deficientes. Essa situação precária tende a piorar com a implantação da PECTeto, que corta recursos e avança a privatização.

A proporção adulto-criança é outro fator de precarização e uma das principais reivindicações dos professores. A superlotação das salas de aula é um dos principais fatores do adoecimento dos professores e é realidade em todas as modalidades atendidas na rede. Mas, o número mais alarmante se refere ao atendimento das crianças de 4 e 5 anos, que é de 35 crianças por professor. Soma-se a essa superlotação o agrupamento de turmas em um mesmo espaço físico nos Centros de Educação Infantil (CEI – 0 a

3 anos de idade), e os agrupamentos mistos nas Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs – 4 e 5 anos de idade).

A redução do número de alunos por sala, proposta no Plano municipal de Educação, não passa de letra morta, pois, as portarias condicionam a redução ao atendimento da demanda, sem construir novas escolas.

Em relação à questão salarial, se observa o elemento chave da precarização do trabalho docente, que leva mais de 70% dos professores a acumular cargos na própria rede, ou em outras redes de ensino. O piso salarial na rede é definido a partir das quatro jornadas de trabalho existentes: JB (20 horas/aula) – R\$1.431,40; JBD (30 horas/aula) – R\$ 2.147,15; JEI (40 horas/aula) e J30 (30 horas) – R\$ 2.862,82. A partir de 2007, no governo de Kassab/DEM, foi aprovado um novo plano de carreira (Lei 14.660/2007), que instituiu na rede uma política de gratificações, por meio de reajuste, apenas sobre os pisos, e que vão sendo incorporados ao salário de forma parcelada. Desde então, há um achatamento maior dos salários, resultando no rebaixamento do salário de maneira geral, pois, se tem dado inclusive abaixo dos índices de inflação.

(...) as precárias condições de trabalho, não apenas no município de São Paulo, têm sua raiz no sistema econômico vigente, que se sustenta na exploração do trabalho da maioria oprimida. E que, portanto, a luta pelo emprego, pelo salário e por melhores condições de trabalho deve estar combinada com a luta contra o sistema capitalista, seus governos e Estado.

O rebaixamento do salário na rede municipal tem potenciado as saídas individuais, por meio da ilusão de uma parcela dos professores que se submetem a realizar diversos cursos, promovidos por empresas, e até mesmo pelos sindicatos da categoria, para a evolução funcional. Alimentando um mercado cada vez maior de venda de certificados, por meio de pacotes para evolução funcional.

Contudo, é possível afirmar que, diante desse quadro brutal imposto sobre o trabalho dos docentes, a categoria se tem levantado e protagonizado grandes lutas no município, responsável por todas as conquistas, mas que têm sido contidas pela burocracia sindical conciliadora, tendo à frente do maior sindicato da categoria, o SINPEEM, uma direção aliada/base de apoio de Bruno Covas/PSDB.

A Corrente Proletária concluiu sua intervenção demonstrando que as precárias condições de trabalho, não apenas no município de São Paulo, têm sua raiz no sistema econômico vigente, que se sustenta na exploração do trabalho da maioria oprimida. E que, portanto, a luta pelo emprego, pelo salário e por melhores condições de trabalho deve estar combinada com a luta contra o sistema capitalista, seus governos e Estado. Daí a importância da defesa da independência de classe do sindicato e das reivindicações vitais dos professores e demais explorados. E não há outra via a não ser a ação direta.

Ato político na USP pelos 80 anos da IV Internacional



No último dia 24/09, no prédio da Letras, o POR realizou um ato/debate sobre os 80 anos da IV Internacional. Na ocasião, lançou o livro sobre os 80 anos da IV, que conta com artigos de Trotsky, o Programa de Transição, documentos do POR boliviano, a trajetória do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e textos do POR do Brasil.

A atividade teve de concorrer com debates e atos dos reformistas e centristas, que estão mergulhados na caça aos votos.

A importância de debater os 80 anos da IV na USP está em que, desde há muitos anos, os aniversários da IV foram tema de debates e ciclos de palestras, organizados institucionalmente no Departamento de História. Assim foram os 60 e 70 anos, por exemplo. Mas, este ano, nada se fez a respeito. As correntes que se dizem (ou se disseram, no passado) trotskistas, se calaram completamente a respeito. Não têm mais nenhum pudor em colocar a disputa eleitoral como centro de suas políticas, deixando de lado até mesmo a menção à construção do partido

Trotsky defendeu a fundação da IV Internacional. Teve de vencer os resistentes, que viam nas debilidades políticas e organizativas a impossibilidade para a sua concretização. Mas, levou a tarefa adiante, por conta da necessidade histórica de preservar o programa do socialismo científico da degeneração estalinista. Sem cumpri-la, hoje não teríamos esse programa preservado.

mundial da revolução socialista. Coube à nossa pequena organização preservar elevada a bandeira de reconstrução da IV Internacional, a partir da defesa de seu programa e da estratégia da revolução socialista mundial.

O debate teve uma exposição inicial, que abordou a

trajetória de luta do leninismo-trotskista, desde a Revolução Russa de 1917, que colocou para todos os países do mundo a necessidade de construção dos partidos comunistas e de um partido mundial da revolução socialista.

A Revolução Russa permitiu colocar à prova o programa do partido bolchevique, e assim por em pé a III Internacional Comunista. Seus quatro primeiros congressos formularam resoluções que respondem a todas as principais questões da organização da luta revolucionária. A opressão nacional, a opressão sobre a mulher e o negro, a ação nas eleições e no parlamento, a intervenção nos sindicatos, tudo isso está respondido por essas resoluções, grande parte delas formuladas diretamente por Lenin.

A derrota da revolução na Alemanha, o isolamento da revolução russa, a mortandade da vanguarda na dura guerra civil imposta pelo imperialismo e pela burguesia destronada, e a ascensão da casta burocrática que tomou a economia das mãos da classe operária, tudo isso criou o terreno para o fim da ditadura do proletariado e imposição de uma ditadura burocrática restauracionista do capitalismo, expressa pelo estalinismo contrarrevolucionário.

A partir de então, a III Internacional

Próximo lançamento:

Revista Proletária da Educação

O oitavo número da Revista Proletária da Educação foi elaborado como arma de combate aos profundos ataques à Educação Pública, que revelam as tendências destrutivas do capitalismo em decomposição.

nº 8
Set 2018



passou a expressar as pseudoteorias do socialismo num só país e convivência pacífica com o imperialismo. A casta burocrática que tomou o poder depois da morte de Lenin se movia de acordo com seus interesses particulares e preservação de seus privilégios. Passou a elaborar políticas para os demais países que levaram a duras derrotas do proletariado mundial. Os exemplos da China, em 1927, da Alemanha, em 1933, e da Espanha, em 1936, são suficientes para provar o caráter contrarrevolucionário do estalinismo.

O estalinismo foi responsável pela aniquilação física de toda a vanguarda revolucionária na Rússia e nos demais países. A morte do conjunto da direção bolchevique e dos 20 milhões de opositores em seu país, assim como os assassinatos mandados nos outros países, provam sua responsabilidade no estabelecimento da crise de direção mundial do proletariado.

Foi às vésperas da tragédia da 2ª Guerra Mundial, em 1938, e em meio a maior crise de direção da classe operária, que Trotsky defendeu a fundação da IV Internacional. Teve de vencer os resistentes, que viam nas debilidades políticas e organizativas a impossibilidade para a sua concretização. Mas, levou a tarefa

adiante, por conta da necessidade histórica de preservar o programa do socialismo científico da degeneração estalinista. Sem cumpri-la, hoje não teríamos esse programa preservado.

Ainda assim, é preciso notar que os grandes acontecimentos da luta de classes mundial foi criando cisões e rupturas na IV Internacional, até dissolvê-la por completo. As frágeis e não provadas direções que se seguiram à morte de Trotsky levaram suas correntes a posições centristas e reformistas.

A única exceção foi o POR boliviano, que preservou o programa, aplicou-o em seu país, penetrou na classe operária e se tornou uma base sólida sobre a qual, por meio da assimilação crítica de sua experiência, é possível trabalhar pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista.

Os debates trouxeram à tona discussões relativas à conduta das correntes de esquerda, que abandonaram o programa da IV Internacional e se voltaram ao democratismo e eleitoralismo pequeno burguês.

A atividade se encerrou com a leitura do manifesto do POR sobre os 80 anos da IV Internacional (publicado no Massas 572).

Rio Grande do Norte

O lançamento do Livro sobre a IV Internacional em Natal/RN

O lançamento do livro *Pôr em pé o partido mundial da revolução socialista – reconstruir a IV Internacional* ocorreu no dia 22 de setembro. O livro é lançado no ano em que se completam 80 anos da luta da IV Internacional, em defesa do internacionalismo proletário, materializado nos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional, da época de Lênin. Portanto, do combate à política estalinista, que levou à restauração capitalista. A IV Internacional nasceu aprovando o Programa de Transição, documento que analisa a crise de direção e a necessidade de superá-la.

Após a apresentação, houve uma breve exposição do conteúdo da I, II e III Internacionais. Evidenciando que somente a III Internacional pôde erguer o Partido Mundial da revolução socialista. No entanto, foi burocratizada e dissolvida por Stalin, em 1943. Em seguida, foram feitas colocações sobre o papel da Oposição de Esquerda, sob a direção

de Leon Trotsky, e a dura perseguição política e física aos bolcheviques, que culminou com o assassinato de Trotsky, em 1940.

Foi discutido também o papel do POR boliviano na construção da IV Internacional, expresso em um capítulo do livro. E do CERQUI (Comitê de Enlace pela reconstrução da IV internacional), criado na Conferência de 1990, objetivando trabalhar em defesa do internacionalismo proletário, e na construção dos partidos-programas. Evidenciou-se a luta do POR-Brasil, como seção do Comitê de Enlace, para construir o partido revolucionário.

No final, um participante perguntou sobre a forma de organização de partido, em célula. O que permitiu à militância expor a estrutura leninista do partido.

Concluímos o lançamento do livro saudando a construção do partido mundial da revolução.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nesta edição:

- **Argentina:** Balanço da paralisação e mobilização.
- **Bolivia:** Burocracia da COB prepara um novo “ampliado político” para definir o problema da “vice-presidência operária”.
- **Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.**

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Apresentamos aos trabalhadores brasileiros e à sua vanguarda um balanço da greve geral de 25 de setembro, feito pela seção argentina do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. O seu Manifesto convocando para a mobilização do dia 24, na Praça de Maio, e 25 para a greve geral, tem como bandeira “Fora o FMI! Basta de saque!”

Balanço da paralisação e mobilização

27 de setembro de 2018

1. Destacamos a enorme contundência da greve geral no dia 25 de setembro. No dia 24, milhares e trabalhadores se mobilizaram para ocupar a Praça de Maio, convocados pela CTA, um setor da CGT denominado Frente Sindical para o Movimento Nacional, movimentos sociais e partidos políticos.
2. Essas medidas têm um caráter político de rechaço ao governo e à sua submissão ao FMI. Não foram convocadas com uma reivindicação concreta, ainda que vários sindicatos fizessem referência à reivindicação de reabertura das paritárias.
Essa nova paralisação da CGT foi imposta pelas bases, passando por cima da direção burocrática, que não estava de acordo com a medida, e que chegou a se reunir com enviados do FMI. Um setor crescente da burocracia passou a uma oposição ativa, expressando o crescente descontentamento popular.
3. É importante o momento dessas medidas. Macri, em Nova York, abraçava o FMI, de joelhos, suplicando que lhe dessem um pouco mais de crédito e que antecipassem recursos para evitar a quebra. Uma atitude de entrega total da soberania nacional. As principais decisões econômicas e políticas estão sendo tomadas nos Estados Unidos. O orçamento nacional foi aprovado primeiro no FMI, e depois no Congresso Nacional.
Está em marcha o novo ajuste extraordinário contra as massas, maior que o anteriormente anunciado. As consequências são terríveis para a população: uma inflação insuportável, que dissolve os salários e as aposentadorias, com mais tarifas, e agravamento da recessão, com milhares de novos trabalhadores demitidos.
4. A greve geral, que atingiu todo o país, é muito importante. Há três meses, ocorreu outra greve geral da mesma importância. O que indicou o poder da classe operária, mostrando quem é que produz a riqueza do país. Questionando

diretamente o poder patronal, seu governo e suas instituições. Golpeando com um só punho, arrastando setores da classe média à luta.

5. Destacamos que a maioria dos setores mobilizados exigia um Plano de Lutas, que desse continuidade a essas medidas. E a realização de uma nova greve geral.
É necessário barrar, imediatamente, a política de Macri, que levou o país à ruína. Não se pode esperar mais um ano. A situação de milhões de trabalhadores aposentados é dramática, desesperadora.
Devemos derrotar aqueles que querem submeter as lutas ao calendário eleitoral. Que querem utilizar toda a força dos trabalhadores para desembocar em frentes eleitorais, que venham a ser construídas. Aqueles que querem garantir que Macri chegue às eleições de 2019, mantendo a “institucionalidade”.
É necessário adotar medidas urgentes para deter a ruína da economia, agora!
6. O objetivo dessas lutas protagonizadas pelos trabalhadores e pelas massas em geral é o de acabar de vez com toda essa crise, que empurra as massas ao desemprego, precarização trabalhista, pobreza e miséria crescentes. E acabar com essa política que só beneficia os banqueiros, latifundiários, exportadores e multinacionais. Acabar com o saque e o desastre da economia.
As bandeiras de imediato reajuste dos salários e das aposentadorias, que cubram o custo de vida, impedir demissões, defesa dos recursos da educação e saúde, têm grande importância, porém, se ligam indissolavelmente à luta pelo desconhecimento de todos os acordos com o FMI e à dívida externa e a toda a política desse governo. Estamos em um momento de mudança qualitativa na atitude das massas, que já não suportam essa situação. Os governos, deputados, partidos e sindicalistas, que serviram a Macri, devem estar no mesmo banco dos acusados.

É fundamental a todo tempo defender a estratégia da classe operária. A única classe que pode responder à crise, organizando em torno de si uma frente única anti-imperialista que inclua todos os setores oprimidos.

E colocar em relevo que todos os setores, todas as frações da burguesia, são incapazes de resolver os problemas da economia, sejam eles peronistas, radicais ou conservadores, civis ou militares. Que todos fracassaram. Que nenhum se anima a resolver de fato os problemas. Que a democracia burguesa foi tanto ou mais longe que a ditadura militar, no ataque às condições de vida e de trabalho das massas, na entrega do país ao imperialismo, no saque de seus recursos.

Nossa resposta é que os trabalhadores têm de recuperar

suas organizações, expulsando os burocratas. É preciso colocá-las a serviço dos interesses gerais da classe operária.

Àqueles que dizem, com razão, que a direção política da classe operária é ainda muito débil, respondemos que, na luta pela libertação da nação, pela expulsão do imperialismo e derubada de seu governo, pela expulsão dos burocratas dos sindicatos, avançaremos firmemente na construção do partido revolucionário, imprescindível para que a classe operária possa dirigir politicamente esse processo até a tomada do poder pela classe operária, destruindo o Estado burguês, expressão da ditadura do capital. São passos inevitáveis para começar a construir uma nova sociedade, socialista, onde colocaremos todos os recursos materiais e humanos a serviço da grande maioria.

Bolívia

A burocracia da COB prepara o caminho para liquidar de vez a independência política e sindical dos trabalhadores

Um novo “ampliado político” para definir o problema da “vice-presidência operária”

O último ampliado não pôde aprovar uma resolução definitiva sobre se deve ou não participar nas eleições primárias, com um candidato a vice-presidência operário, na chapa do MAS. Foram duas as dificuldades: a oposição interna, encabeçada pela COD de Chiquisaca, que defendeu a necessidade de que os trabalhadores mantenham a sua independência política frente ao estado e ao governo do MAS, e a decisão majoritária das chamadas “organizações sociais” agrupadas na *Coordinadora Nacional por el Cambio* (CONALCAM) e no conjunto do oficialismo, de reconduzir García Linera no cargo de vice.

Os burocratas da COB fundamentaram a sua posição do candidato operário para a vice-presidência na resolução do último Congresso Ordinário da organização matriz dos trabalhadores, no sentido de que os operários devem se constituir na coluna vertebral do chamado “processo de mudança” e, consequentemente, devem se incorporar organicamente à estrutura do “governo das organizações sociais”. O dirigente da Federação de Mineiros, na sua intervenção no ampliado, disse que chegou a hora de por em prática as Teses de Pulacayo, incorporando-se ao governo socialista do processo de mudança, ter um vice-presidente operário e conseguir, por fim, materializar o governo operário e camponês.

É visível o desespero dos burocratas corrompidos de ir negociar as cotas de poder com a cúpula oficialista e, para esse propósito, decidiram organizar uma comissão para discutir com o oficialismo a participação da COB nas primárias dentro do MAS.

Muitos deles demonstram claramente a ambição de converter-se em ministros, senadores, deputados, governadores e até prefeitos, para logo gozar das bondades do poder. Espelham-se em Pedro Montes, que usou o poder político para sair da pobreza e, apesar de suas limitações culturais e intelectuais, finge aparecer como um burocrata da alta cúpula do aparato governamental.

Felizmente, a independência política e ideológica dos sindicatos frente ao Estado burguês, ao governo e às expressões políticas da burguesia nativa incapaz, não depende da vontade dos burocratas corrompidos, mas sim do grau de desenvolvimento

da consciência do proletariado, que se expressa no mais alto nível no programa revolucionário; depende de que os explorados se diferenciem nitidamente (politicamente) dos interesses materiais e políticos da classe dominante e de seus servos, único caminho para que possam cumprir com o seu papel de direção política do conjunto da nação oprimida pela classe dominante nativa e pelo imperialismo.

No momento, diante do desvio político do proletariado e, principalmente, de sua vanguarda mineira, que se encontra em franca atitude colaboracionista com o governo do MAS, os burocratas farão dos seus interesses os interesses dos trabalhadores em geral; vão satisfazer plenamente as suas necessidades vegetativas e vão trair todas as lutas das bases, como já estão fazendo, dando luz verde ao demagógico Sistema Único de Saúde (SUS), com o aporte de dez centavos/mês por parte do Estado para cada boliviano; diante da decisão desse governo, de cortar os recursos financeiros para hospitais, equipamentos e itens das atuais Caixas de Saúde; diante da iminente destruição da seguridade social a curto prazo no país.

Os trabalhadores devem se conscientizar de que os dirigentes da COB, desde já, pretendem se colocar por trás da política eleitoralista, criando as ilusões de que, com a cédula eleitoral, vão resolver os seus problemas e, com o novo governo encabeçado por Evo Morales, terão garantidos salários altos e fontes de trabalho estáveis.

Os trabalhadores têm que rechaçar energicamente essa manobra. Ter a clareza de que o novo governo, seja quem for, seguirá descarregando sobre as costas dos mais pobres o peso da crise capitalista, mantendo salários e rendas de fome, com mais impostos para a população, subindo as tarifas de gás, eletricidade e dos serviços básicos, etc.

A RESPOSTA É O VOTO BRANCO OU NULO PARA ESFREGAR NA CARA DOS POLITIQUEIROS E DOS DIRIGENTES TRAIADORES QUE OS TRABALHADORES, JUNTO AOS EXPLORADOS, NÃO SOMOS BAJULADORES, NEM DA BURGUESIA, NEM DO M.A.S.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, indicamos que, entre o V e VI Congresso, houve um interregno de dez anos. Decidimos não dar o salto, passando à análise do VI Congresso, de junho de 1917. A realização da I, II e III Dumas (Parlamento) refletiu a discussão em torno dos caminhos que tomaria a revolução agrária. No seio da socialdemocracia, potencializou a divergência entre bolcheviques e mencheviques. O IV Congresso, ocorrido em Estocolmo, em 1906, aprovou uma linha – a da municipalização – diametralmente oposta à defendida por Lênin, que era da nacionalização das terras. Esse embate se avivou diante das tendências de luta do campesinato contra as relações feudais no campo, e se projetou para o interior do parlamento (Duma). A derrota da revolução de 1905 permitiu a sobrevivência da monarquia, adaptada ao constitucionalismo, daí o funcionamento da Duma, mas não interrompeu as tendências objetivas que levavam, inevitavelmente, a velha Rússia à revolução democrático-burguesa.

Mostramos, nos Apontamentos anteriores, que Lênin observava e analisava o movimento da burguesia liberal (Kadetes) e das forças monárquicas (Outubristas), no sentido de realizar mudanças graduais nas relações de propriedade da terra, de forma a promover uma transição para o capitalismo. Distintamente, os camponeses marchavam por uma via que também conduzia às transformações capitalistas no campo. Os mencheviques se adaptavam cada vez mais às pressões da aliança monárquico-liberal, ocultando seu seguidismo por meio dos ataques ao programa delineado por Lênin, que tinha por base o confisco e a nacionalização das terras. Opunham-se com o programa de municipalização. Admitiam o confisco, mas sob a forma municipal.

As divergências no interior da Duma exigiram de Lênin uma apresentação sistemática de todas as variantes da reforma no campo. O fundamental, porém, estava em reconhecer que havia apenas duas vias possíveis de liquidação das relações agrárias feudais. Lênin analisa a via monárquico-burguesa, identificando-a com a experiência das transformações agrárias na Prússia, que foram conduzidas gradualmente pela burguesia contra os interesses dos camponeses. E, por outro lado, a experiência da colonização norte-americana, que permitiu o acesso das massas camponesas à terra. Lênin explica que, sem que se definissem essas duas possibilidades da revolução burguesa, não era possível ao proletariado se apresentar como aliado dos camponeses contra a monarquia constitucional e os liberais, que agiam para sufocar o movimento revolucionário no campo. Estava claro para os bolcheviques que os mencheviques capitulavam diante da via apresentada pelos liberais e que, portanto, compareciam como uma fração contrarrevolucionária no seio do POSDR. Era preciso ir fundo na divergência em torno ao programa agrário. Quanto mais ficasse exposta, melhor seria para os bolcheviques cumprirem a tarefa que cabia aos marxistas no processo da revolução burguesa e no desenvolvimento da luta independente do proletariado. Eis por que Lênin concentrou atenção no programa agrário e o desenvolveu às últimas consequências.

Já em 1901, Lênin se viu na contingência de combater os adversários do marxismo, iniciando uma resposta denominada *“A Questão Agrária e os Críticos de Marx”*. Vários capítulos foram redigidos em momentos distintos, concluídos em fins de 1907. Entre novembro e dezembro de 1907, escreveu *“O Programa Agrário da Socialdemocracia na primeira revolução russa de 1905-1907”*. Essa obra foi apreendida quando ainda estava na gráfica e destruída. Restou apenas um volume, o que permitiu sua publicação em 1917. No Jornal Massas anterior, expusemos sinteticamente as linhas gerais. É muito educativo compreender não só o conteúdo da revolução agrária, como parte da revolução democrático-burguesa na Rússia, que acabou dando lugar à revolução proletária, como também o método marxista de exposição das leis econômicas e históricas e sua materialização na forma de programa e de política revolucionária. Os acontecimentos confirmaram a tese leninista das duas variantes de transformação agrária na Rússia. Damos, assim, sequência à sua análise.

No artigo *“Uma nova política agrária”*, fevereiro de 1908, Lênin se vale da declaração de Nicolau II de que a III Duma poderia aprovar novas leis agrárias. O que indicava a iniciativa da monarquia em abrir *“um novo caminho em sua política agrária”*. Eis a explicação de Lênin: *“(…) Os destinos da revolução burguesa na Rússia – tanto da presente revolução como das possíveis revoluções democráticas no futuro – dependem mais do que nunca do êxito ou fracasso dessa política”*. Tal mudança de atitude da monarquia comprovava a presença de forças econômicas que levavam à irresistível ruptura nas relações agrárias e de classe.

Objetivando travar o combate à *“via prussiana”*, Lênin fundamenta: *“O capitalismo já socavou irremediavelmente as bases do velho regime agrário da Rússia. E não pode continuar desenvolvendo-se sem romper esse regime, que forçosamente haverá de destruir. Não há no mundo força capaz de impedi-lo. Mas, esse regime pode ser destruído pelos latifundiários ou pelos camponeses, de acordo com o desbravamento do caminho ao capitalismo latifundiário ou ao capitalismo camponês. A destruição do velho sistema pelo latifundiário implica o aniquilamento da comunidade agrária pela violência e a ruína acelerada e o extermínio em massa dos pequenos agricultores empobrecidos, em benefício de um punhado de kulaks (camponeses ricos). A destruição pelo campesinato significa o confisco das propriedades dos latifundiários e a entrega de todas as terras aos antigos camponeses, transformados em agricultores livres”*.

Lênin chama a vanguarda revolucionária a responder a essa ofensiva latifundiária contra as massas camponesas. *“Ou um chamamento audaz à revolução camponesa – que há de chegar inclusive à república – e a mais completa preparação ideológica e organizativa dessa revolução em aliança com o proletariado, ou um vácuo do lamento e da impotência política e ideológica diante da arremetida stolypiniano-latifundiário-outubrista contra a comunidade”*. *“(…) Nossa resposta consiste em intensificar a agitação entre as massas populares, sobretudo entre as camadas do proletariado que estão ligadas aos camponeses”*.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XIII, Akal Editor)